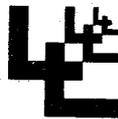


INVESTIGAÇÕES

-Linguística e Teoria Literária-
VOL.1



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**
Universidade Federal de Pernambuco

EXPEDIENTE:

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO:
Dr. Edinaldo Bastos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE:
Dr. Yony Sampaio

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS E LINGÜÍSTICA:**
Marília Viana

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
NÍVEL DO CURSO:
Mestrado
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:
Lingüística e
Teoria da Literatura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
50.000 RECIFE PE
Telefone: 271.22.11,R. 2312

APRESENTAÇÃO

Este volume, que dá início à série "INVESTIGAÇÕES", tem por objetivo divulgar trabalhos de pesquisas em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE, bem como apresentar os resultados de pesquisas concluídas.

Os artigos aqui apresentados inserem-se nas diversas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação, dentro de suas duas Áreas de Concentração: **Lingüística e Teoria da Literatura**. Na área de Lingüística estão representadas as seguintes Linhas de Pesquisa: (a) **Descrição de Línguas Indígenas** (com o trabalho de A. Palácio sobre a Flexão do Guató); (b) **Organização Lingüística da Produção Oral e Escrita** (em que estão as pesquisas sobre Linguagem e Sexo, de J. Hoffnagel e E. Marcuschi; Análise da Língua Oral, de J.C. Gonçalves; Relações de Poder em Interações Assimétricas, de L.A. Marcuschi e Padrões Entoacionais na Compreensão de Texto, de M. Viana); (c) **Lingüística Aplicada** (com o trabalho de F. Gomes de Matos sobre Gramática e decisões Lingüísticas). Na Área de Concentração da Teoria da Literatura está presente a Linha de Pesquisa **Literatura Comparada** (com o trabalho de S. Joachin sobre a Leitura Multi-Angular da Parali-literatura).

Se no primeiro volume da série só foram acolhidas estas linhas de pesquisa do Programa, espera-se que no próximo estejam representadas as demais, com artigos de professores da UFPE ou de outras Instituições, o que indica que este veículo se acha aberto também para outros Programas afins. Não se prevê uma regularidade de publicação já que tudo dependerá, por um lado, da existência de trabalhos a dar a público e, de outro, de verbas que permitam a produção industrial do livro.

Com esta publicação abre-se, certamente, um canal para intercâmbio de informações entre este Programa de Pós-Graduação e os outros Programas nas áreas e linhas de pesquisa afins.

M.V.

SUMÁRIO

Flexão em Guató Adair Pimentel Palácio	7
A Gramática e as Decisões Linguísticas dos Usuários Francisco Gomes de Matos	19
Brazilian Folk Literature: Oral or Literate Tradition? José Carlos Gonçalves	25
Linguagem e Sexo: Estudos Sobre a Fala Feminina Judith Hoffnagel e Elizabeth Marcuschi	39
Manifestações de Poder em Formas Assimétricas de Interação Luiz Antônio Marcuschi	51
Padrões Entoacionais, Compreensão e Leitura de Texto Marília Viana	71
Leitura Multi-Angular da Paraliteratura: uma Proposta Sebastien Joachin	83

FLEXÃO EM GUATÓ *

ADAIR PIMENTEL PALÁCIO

A língua Guató, falada por umas 10 ou 15 famílias em Mato Grosso do Sul, foi documentada pela primeira vez no Séc. XIX por Castelnau (1851), uma lista de 164 palavras que Martius (1867) e Schmidt (1905) republicaram. Schmidt comparou-a com seu próprio levantamento de 507 palavras e 39 orações (SCHMIDT, 1942 a) e registrou mais 106 palavras e quatro pequenas narrativas (SCHMIDT, 1942 b).

Encontram-se ainda registradas 85 palavras por Rondon (1938), e 201 palavras por Wilson (1959). Rodrigues (1986) classifica-a no tronco Macro-Jê, mas não a relaciona com nenhuma outra língua ou família linguística estudada. Pode-se considerá-la uma língua obsolescente porque as condições em que vivem seus falantes favorecem esta situação. Eles são todos bilingües em Guató e português ou monolingües apenas em português. Entretanto, para os poucos falantes a língua é ainda um fator de identidade étnica do grupo e elo de ligação entre eles.

Em 1976, quando iniciamos o estudo dessa língua (PALACIO, 1984), havia na literatura apenas listas de palavras, exceto pelo levantamento de Schmidt, que fez também algumas observações sobre sua estrutura.

Nosso objetivo foi o de registrar os aspectos mais relevantes da gramática do Guató. Como o povo não tem aldeia, as famílias remanescentes vivem dispersas às margens do rio Paraguai e na cidade de Corumbá, MS.

Os dados foram coletados em viagens a Mato Grosso do Sul em 1977, 78, 79 e 84 e durante a permanência de uma informante em Campinas, SP, em 1979 por um período de três meses. Em duas ocasiões, 1977 e 1978, foi-nos possível subir o rio e contatar algumas famílias.

Seguindo questionário previamente trabalhado, submetemos nossos informantes à audição de uma sentença em português que solicitamos fosse traduzida para o Guató. A resposta era simultaneamente gravada e transcrita de oitiva.

Além dos enunciados preparados, um total de 3.000, para o controle da parte gramatical, documentamos dois textos míticos, vários diálogos, conversas informais e algumas narrativas de fatos corriqueiros.

Das revisões feitas do material gravado, com o que foi transcrito de oitiva, foi montado um dicionário Guató-Português, e outro Português-Guató, de onde isolamos cerca de 1.000 morfemas lexicais.

Para a análise dos dados seguimos os critérios metodológicos encontrados na literatura e recomendados na análise de línguas ágrafas, sem estudo prévio. Tratam-se de procedimentos analíticos testados com muitas línguas, que têm provado serem eficazes como primeira aproximação nos estudos das línguas. Adotamos uma abordagem estruturalista-distribucional bastante concreta.

De acordo com a análise e descrição, pode-se resumir a gramática da língua Guató nas seguintes linhas gerais:

1. Fonologia

a) Os fonemas segmentais são os seguintes - consoantes: p, t, č, k, k^w, b, d, j, g, g^w, f, v, h, r, y, m, n; e vogais: i, i̇, u, i̇, ɥ, ũ, e, o, ē, e, a, o, ã.

b) Há dois tons a nível lexical: alto (´) e baixo (sem representação gráfica).

c) Há sílabas CV e V.

d) Os processos fonéticos encontrados são os de assimilação, elisão, epêntese e assilabação.

e) Os processos fonológicos com condicionamento morfológico são os de elisão e epêntese.

2. Morfologia

a) Os morfemas estão classificados em três grupos: temas, afixos e partículas. Os temas e os afixos são formas presas e as partículas são formas livres ou dependentes.

b) O tema pode ser formado por uma ou duas raízes (temas com postos) sem ou com afixos derivacionais (temas derivados). Os afixos derivacionais podem ser prefixos ou sufixos.

c) O Guató pode ser tipologicamente classificado como uma língua predominantemente aglutinante com respeito à formação de palavras. Pode ser incluída entre as línguas split, quanto à relação que se estabelece entre sujeito e objeto na morfologia verbal. Neste particular, apresenta um sistema tripartido. Tanto são empregados os sistemas ergativo/absolutivo e nominativo/acusativo, como há ainda uma neutralização desses sistemas. O sistema ergativo/absolutivo está presente também nas palavras interrogativas.

d) O sistema numeral é um sistema de base quinária e decimal com valores representativos muito altos.

3. Sintaxe

a) O Guató é uma língua basicamente VSO. A topicalização do sujeito é obtida pelo posicionamento deste ao verbo. O objeto muito raramente precede o sujeito, mas quando o faz recebe um marcador especial.

b) Os quantificadores e demonstrativos precedem as locuções ou sintagmas que modificam. As locuções genitivas são construídas com o possuidor seguindo a coisa possuída sem qualquer preposição.

c) As questões nucleares são formadas pelo uso de uma curva entonacional ascendente com as orações declarativas. As questões não nucleares são iniciadas por uma palavra interrogativa.

d) A negativa manifesta-se através de flexão.

e) A coordenação das orações dá-se por justaposição. A subordinação é marcada por partícula subordinativa que precede a oração subordinada. A oração relativa é encabeçada por pronomes relativos e segue a locução que relativiza.

Faremos aqui algumas observações gerais sobre as flexões substantivas e a flexão pessoal dos verbos.

As flexões dos substantivos são de dois tipos: determinativa e pessoal.

A flexão determinativa manifesta-se pelos prefixos ma- e

go-. O prefixo ma- flexiona um tema livre de contexto:

1. ma-gĩ (det -água) *água*;

enquanto go- flexiona um tema contextualizado:

2. adirák^v ágĩri go-gĩ (está frio muito det -água)
a água está muito fria.

A flexão pessoal dos substantivos tem valor semântico de posse. Todos os marcadores pessoais são prefixos, exceto o da primeira pessoa do singular que se realiza por um prefixo e um sufixo simultâneos.

1	a-	-ru	<i>meu</i>	
2	g ^w a-		<i>teu</i>	
3	ε-		<i>dele</i>	
1d	gi-		<i>nosso</i>	(1+2)
1p	haji-		<i>nosso</i>	(1(+2)+3(+3))
3p	bi-		<i>deles</i>	

Tabela 01

(Os números referem-se às pessoas).

O prefixo de segunda pessoa é o mesmo para o singular e o plural. Quando a segunda pessoa refere-se ao plural, este é muitas vezes, mas não sempre, especificado pela partícula pluralizadora mēhē posposta à palavra que pluraliza:

3. g^wa-gĩ mēhē (2-mãe pl) *mãe de vocês.*

A terceira pessoa do singular tem dois alomorfes, ε- e i-, cada um marcando uma classe de temas:

4. ε-vi *orelha(s) dele*, i-rε *olho(s) dele*.

A primeira pessoa dual (1d) é inclusiva, enquanto a primeira pessoa plural (1p) pode ser inclusiva ou exclusiva.

Os seguintes exemplos ilustrarão o emprego desses afixos:

5. a-tóra-ru (1-filho-1) *meu filho*
6. g^wa-gĩ (2-mãe) *tua mãe, mãe de vocês*

7. E-pō (3-braço) *braço dele*
8. gi-ōv† (1d-casa) *nossa casa*
9. haĵi-rōga (1p-joelho) *nossos joelhos*
10. bi-rE (3p-olho) *olhos deles.*

Os substantivos são assim divididos:

- Classe I - os substantivos que só se flexionam com os determinantes ma- e go-;
- Classe II - os substantivos que normalmente flexionam-se pelos possessivos e só em determinadas condições flexionam-se pelo determinante ma-;
- Classe III - os substantivos que normalmente flexionam-se pelos determinantes e só ocasionalmente pelos possessivos.

Os substantivos Classe I são os que se referem a bens não possuíveis, como elementos da natureza, e portanto resistentes à flexão pessoal:

11. ma-g† (det-água) *água*
12. ma-b† (det-estrela) *estrela*
13. go-d† (det-homem) *homem*
14. g-adā (det-árvore) *árvore.*

Na elicitación de uma expressão como *meu ovo*, os informantes resistiam em dar o substantivo flexionado pelo marcador possessivo e geralmente ocorria uma expressão cuja tradução equivale a *ovo de galinha*.

Os substantivos Classe II são francamente abertos à flexão pessoal. Eles se referem a bens possuíveis, inalienáveis, como partes do corpo e relações familiares, e sempre ocorrem marcados pela flexão pessoal:

15. E-pō (3-braço) *braço dele*
16. i-rE (3-olho) *olho dele*
17. E-tōra (3-filho) *filho dele*
18. i-gí (3-mãe) *mãe dele.*

Quando elicitados isoladamente esses temas podem ocorrer flexionados pelo determinante ma-, mas não há evidência de que eles se flexionem pelo determinante go-.

Os substantivos Classe III, parcialmente resistentes à

flexão pessoal, são aqueles que geralmente não ocorrem marcados pelos possessivos, mas que também flexionam-se por eles. Esses itens são temas referentes à natureza, como *ve cachorro*, *gäreĵayĕ galinha*, e demais aquisições culturais mais recentes através do contato com outras nações. Esses contatos teriam influído para modificar os valores de posse do grupo. Os temas referentes a animais, antes de receberem a flexão pessoal, são combinados com a raiz *óye* *cria, criação*:

19. *óye-ve-ru* (cria-cachorro-1) *meu cachorro*

20. *i-óye-vaká* (3-cria-vaca) *a vaca dele*.

Outros elementos culturais flexionam-se sem restrições morfológicas:

21. *a-čĕvái-ru* (1-faca-1) *minha faca*

22. *ikřvái-ru* (caldeirão-1) *meu caldeirão*.

Este fato provavelmente é um reflexo lingüístico devido a contatos sociais.

A flexão pessoal dos verbos apresenta uma grande complexidade. Ela se realiza por prefixos ou sufixos obedecendo a diversos padrões.

Trataremos primeiramente da flexão pessoal dos verbos transitivos que se combinam com morfemas flexionais diferentes dos usados com os verbos intransitivos e descritivos.

Os verbos transitivos flexionam-se segundo a tabela 2 quando apenas o referente do sujeito está expresso, como em:

23. *n-ĕ-ro g-égřtí go-čĭadá* (indicativo-3-comer det-peixe det-fruta) *peixe come fruta*.

1	-yo
2	g ^w a-
3	ĕ-
1d	ga-
1p	ĵa-
3p	be-

Tabela 02

O uso desses afixos pode ser assim exemplificado:

24. na-ro-yo g-égřtí (ind-comer-1 det-peixe)

como peixe

25. na-g^wa-ro go-čĩadā (ind -2-comer det-fruta)

comes fruta

26. n-E-ro go-rĩ (ind-3-comer det-carne)

ele come carne

27. gókó ma-ga-bagāki (nós imperfectivo -ld-bater)

nós batemos nele

28. ma-ja-kayĕ-ǰĩ (impf-1p-chamar-generalizador)

chamamos todos

29. da-be-kĩ (o que-3p-pescar)

o que eles pescam?

Quando o verbo flexiona-se para expressar as funções de sujeito e de objeto, os afixos manifestam-se por uma complexa combinação:

Sujeito \ Objeto	1	2	3	ld	lp	3p
1		∅ -he	-yo ∅			-yo ∅
2	g ^w a- -yo		g ^w a- ∅		g ^w a- ja-	g ^w a- ∅
3	ε- -yo	ε- -he		∅ gε-	∅ jε-	ε- ∅
ld			ga- ∅			ga- ∅
lp		ja- -he	ja- ∅			ja- ∅
3p	bε- -yo	bε- -he	bε- ∅	∅ gε-	∅ jε-	

Tabela 03

(Os espaços anulados referem-se à reflexividade (combinações 1-1, 2-2. etc.) ou às impossibilidades pragmáticas (combinações 1-1d, 1-1p, etc). A reflexividade é marcada por partícula. Os marcadores subjetivos ocupam a parte superior esquerda de cada espaço, enquanto os marcadores objetivos ocupam a parte inferior direita).

Usaremos o verbo *bagâki bater* para ilustrar essas combinações:

30. na-bagâki-he (ind-bater-2) *bato em você(s)*
31. na-bagâki-o (ind-bater-1) *bato nele(s)*
32. na-g^{Wa}-bagâki-o (ind-2-bater-1) *bates em mim*
33. na-g^{Wa}-bagâki (ind-2-bater) *bates nele(s)*
34. na-g^{Wa}-j^a-bagâki (ind-2-1p-bater) *bates em nós*
35. n-E-bagâki-o (ind-3-bater-1) *ele bate em mim*
36. n-E-bagâki-he (ind-3-bater-2) *ele bate em você(s)*
37. na-g^E-bagâki (ind-1d-bater) *ele(s) bate(m) em nós*
38. na-j^E-bagâki (ind-1p-bater) *ele(s) bate(m) em nós*
39. n-E-bagâki (ind-3-bater) *ele bate no(s) outro(s)*
40. na-ga-bagâki (ind -1d-bater) *batemos nele*
41. na-j^a-bagâki-he (ind-1p-bater-2) *batemos em você(s)*
42. na-j^a-bagâki (ind-1p-bater) *batemos nele(s)*
43. na-bE-bagâki-o (ind-3p-bater-1) *batem em mim*
44. na-bE-bagâki-he (ind-3p-bater-2) *batem em você(s)*
45. na-bE-bagâki (ind-3p-bater) *batem nele(s)*

São 36 as possibilidades de combinação dos afixos flexionais, mas excluídos os seis casos de reflexivização e os oito casos de restrições pragmáticas, restam 22 combinações possíveis. Dessas, seis são combinações de um prefixo com um sufixo (2-1, 3-1, etc.) e quinze são casos que se manifestam por apenas um prefixo ou por um sufixo combinado com um elemento que não tem expressão morfológica e realiza-se pelo morfema zero (1-2, 1-3, etc.).

Os verbos intransitivos e descritivos flexionam-se conforme a seguinte tabela:

1		-yo
2		-he
3		∅
1d	ga-	
1p	ʝa-	
3p	bɛ-	

Tabela 04

Os seguintes exemplos ilustrarão essas flexões:

46. toff-yo (bem grande-1) *sou bem grande*
47. n-âk^wõ-he (ind-branco-2) *ês branca*
48. n-âčig^ř (ind-cair) *ele cai*
49. na-g-âčig^vř (ind-1d-cair) *caímos*
50. na-ʝa-křni (ind-1p-dormir) *dormimos*
51. na-bɛ-křni (ind-3p-dormir) *dormem*

Observe-se que as marcas de flexão de sujeito dos verbos intransitivos e descritivos no singular são as mesmas daquelas dos objetos.

O resumo geral da flexão pessoal dos verbos é a seguinte:

	Sujeito de transitivos	Sujeito de intr/descr	Objeto
1	-yo	-yo	-yo
2	g ^w a-	-he	-he
3	ɛ-	∅	∅
1d	ga-	ga-	ge-
1p	ʝa-	ʝa-	ʝɛ-
3p	bɛ-	bɛ-	∅

Tabela 05

Por essa tabela podemos verificar que a flexão da primeira pessoa do singular realiza-se pelo sufixo *-yo* para exercer qualquer função, quer de sujeito de verbo transitivo, quer de sujeito de verbo intransitivo e descritivo, assim como a função de objeto.

A segunda e terceira pessoas do singular expressam-se por marcadores que seguem um padrão diferente do da primeira pessoa, pois cada uma dessas pessoas é representada por um afixo para a função de sujeito dos verbos transitivos e outro para as funções de sujeito dos verbos intransitivos/descritivos e de objeto.

As três pessoas do plural, entretanto, não seguem nem o padrão adotado para a primeira pessoa do singular, nem o adotado para as segunda e terceira pessoas do singular. Toda a manifestação dual e plural expressa-se por prefixos que marcam a função de sujeito, de verbos transitivos e intransitivos/descritivos, enquanto a função de objeto é marcada por outros prefixos.

Nesse ponto podemos afirmar que a flexão pessoal dos verbos em Guató expressa-se por afixos que caracterizam um sistema misto. Esta língua não só contrasta o sistema nominativo/acusativo, como em português, mas também contrasta o sistema ergativo/absolutivo para pessoas diferentes. Além disso, ela tem um padrão para a primeira pessoa do singular que neutraliza os contrastes desses dois sistemas.

Os marcadores da segunda pessoa e da terceira pessoa do singular são expressões morfológicas que valorizam a dicotomia *agente/paciente*, caracterizada pelos prefixos *g^{wa}-2* e *ε-3*, por um lado, e pelos sufixos *-he 2* e *ø 3*, por outro lado, um contraste típico do sistema ergativo/absolutivo, em que a função do *agente* tem uma marca distinta da função do *paciente*. Enfatizamos *agente* e *paciente* porque, embora essas noções não sejam completamente satisfatórias, elas sugerem melhor o valor semântico-gramatical dessas marcas do que as noções de sujeito e objeto. Vimos usando esta dicotomia não só por uma questão de clareza, mas também porque sujeito/objeto dão conta de um maior número dos afixos pessoais.

Os marcadores da primeira pessoa dual e primeira e terceira pessoas plural apresentam expressões morfológicas que valorizam a dicotomia sujeito/objeto, caracterizada pelos contrastes dos prefixos ga- 1d, ja- 1p e be- 3p, por um lado, para expressar o sujeito; enquanto os prefixos ge- 1d, je- 1p e ø 3p, por outro lado, marcam a função do objeto. Este é um contraste típico do sistema nominativo/acusativo, em que a função do sujeito tem marca distinta da função do objeto.

O Guató usa assim três padrões diferentes para manifestar a flexão pessoal verbal. Um padrão para a primeira pessoa do singular, uma neutralização entre sistemas; outro padrão para a segunda pessoa e a terceira do singular, um sistema ergativo/absolutivo; e ainda outro padrão para as pessoas dual e plural, um sistema nominativo/acusativo. São três padrões distintos, em sentido restrito, para representar um sistema tripartido, em sentido lato.

Embora essas manifestações sejam expressas através de marcas puramente morfológicas, temos evidência suficiente para afirmar que o Guató não somente é uma língua *split*, uma língua que se divide no uso de sistemas, mas também apresenta uma divisão *sui generis*, pois se subdivide no singular em dois padrões em oposição a um terceiro para o plural.

* A flexão em Guató foi apresentada durante a XIV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Brasília de 15-18/04/84. Versões modificadas deste trabalho foram publicadas no IX Anais de Seminários do GEL, Batatais, 1984 : 140-145, sob o título "Flexão pessoal em Guató"; e em Language in Global Perspective, editado por Benjamin F. Elson, Dallas, Texas, SIL, 1986 : 363-372, sob o título "Aspects of the Morphology of Guató".

Fontes de Referência

CASTELNAU, Francis de. Expedição às Regiões Centrais e da América do Sul. Trad. O. M. de O. Pinto. São Paulo, Ed. Nacional, 1949. v. 2. Original francês, 1851.

- COMRIE, Bernard. Ergativity. In: LEHMANN, Winfred P., ed. Syntactic Typology: Studies in the Phenomenology of Language. Austin, University of Texas Press, 1978. cap. 8, p. 329-394.
- _____. Degrees of Ergativity: some Chukchee Evidence. In: PLANK, Frans, ed. Ergativity: towards a Theory of Grammatical Relations. London, Academic Press, 1979. p. 219-240.
- _____. Language Universals and Linguistic Typology: Syntax and Morphology. Chicago, The University of Chicago Press, 1981.
- DIXSON, R. M. W. Ergativity. Language, 55 (1):59-138, 1979.
- LEHMANN, Winfred P., ed. Syntactic typology: Studies in the Phenomenology of Language. Austin, University of Texas Press, 1978.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phil von. Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens. Leipzig, 1867. v. 2.
- PALACIO, Adair Pimentel. Guató, a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai. São Paulo, UNICAMP, 1984. Tese de doutorado.
- PLANK, Frans, ed. Ergativity: towards a Theory of Grammatical Relations. London, Academic Press, 1979.
- RODRIGUES, Aryon D. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Loyola, 1986.
- RONDON, Frederico. Na Rondônia Ocidental. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. (Brasiliana, v. 130).
- SCHMIDT, Max. Estudos de etnologia brasileira. Trad. Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo, Ed. Nacional, 1942 a. (Brasiliana, Gr. Formato, v. 2). Original alemão, 1905.
- _____. Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928. Revista de la Sociedad Científica del Paraguay, Asunción, 5(6):41-75, 1942 b.
- WILSON, James. Guató word list. Arquivo de Línguas do Summer Institute of Linguistics, Brasília, 1959. (Dados não publicados).

A GRAMÁTICA E AS DECISÕES LINGÜÍSTICAS DOS USUÁRIOS

FRANCISCO GOMES DE MATOS

Introdução

Nosso interesse pela problemática da elaboração de gramáticas centradas nas intenções, nos interesses e nas necessidades dos usuários do português como língua materna data de 1977, quando preparamos um Posfácio ao Dicionário de Lingüística e Gramática do inesquecível Pai da Ciência da Linguagem no Brasil, Joaquim Mattoso Câmara Jr. O último dos vinte e quatro verbetes acrescentados àquela obra recebeu a designação de Gramática do Usuário, por acreditarmos que tal instrumento descreveria e explicaria as opções lingüísticas de que poderiam dispor os usuários de português e os possíveis efeitos dessas decisões.

A idéia, embrionária há 12 anos, só começaria a germinar em 1985, em artigo no qual, a partir de uma distinção entre gramática centrada no sistema e gramática orientada para os usos do sistema (Gagné, 1983), explicitamos algumas das características distintas de uma terceira espécie de produto, desta vez primordialmente voltado para o processo decisório do usuário. Apologistas de uma pedagogia da libertação lingüística, que reconheça e valorize a independência do usuário, insistimos que uma gramática do usuário teria a difícil, mas necessária missão de ajudar o falante/escritor a transformar-se de dependente em decisor lingüístico.

As bases teóricas de uma gramática para o usuário (assim preferimos denominá-la, para salientar seu beneficiário) receberam, em 1986, uma dimensão psicológica, até então pouco explora-

da; a auto-confiança lingüística dos que usam o português como língua materna. Nesse segundo artigo, apresentamos pares de variantes lexicais e sintáticas, contrastando quanto a graus em uma escala de formalidade, sugerindo ao leitor que se empenhasse, como usuário, em ser responsável por seus usos do português oral e escrito, acostumando-se a tomar decisões com base em fatos ou no bom senso, observando a variação e os efeitos desse processo nos interlocutores.

O incentivo para prosseguirmos na exploração dessa gramática, verdadeiramente a serviço dos usuários, surgiu durante o Curso de especialização em língua portuguesa, oferecido pelo Mestrado em Letras e Lingüística da UFPE. Coube-nos ministrar a disciplina Gramática II que, de comum acordo com os alunos, se caracterizou por enfoque funcional-comunicativo, logo direcionado para uma gramática do tipo reflexivo, como destaca Corblin (1988). Concluídas estas informações preliminares, focalizaremos a questão motivadora deste artigo: Como descrever, explicitar as etapas interrelacionadas no processo decisório em que se engaja a mente do usuário de uma língua materna? Como ajudar alguém, particularmente um estudante, a descobrir, compreender e a resolver seus problemas de comunicação oral e escrita, sem antes conscientizar esta pessoa a respeito da importância de uma heurística para conhecer alguns aspectos da identidade lingüística individual? Desafiados pelos alunos —quase todos professores de português ligados à rede escolar estadual— desenvolvemos uma lista-padrão, ligeiramente modificada para esta publicação.

Gramática cognitiva e decisores lingüísticos

Iniciada a era das gramáticas teóricas de base cognitiva, com o quase-tratado do lingüista norte-americano Langacker (1987), ainda estamos engatinhando na concepção e produção de gramáticas que contribuam para a eficácia comunicativa dos usuários. Podemos exemplificar tal estado de coisas, no plano aplicativo, construindo uma lista detalhada de estratégias envolvidas no complexo processo lingüístico decisório ativado cognitivamente por um usuário, ao se deparar com o problema de optar por uma dentre diver-

sas variantes de uso.

A formulação apresentada é propositadamente extensa, para que se tenha uma idéia dos múltiplos aspectos de uma atividade de de cisória; em uma situação bem prática, na sala de aula, conviria adequar esse texto, dando-lhe a concisão e a informatividade necessárias à sua compreensão por usuários sem iniciação à linguís tica. Esse traduzir a informação científica em dados acessíveis a leigos é outro problema que precisa ser enfrentado com serieda de pelos responsáveis por um comunicar conhecimentos científicos de maneira eficaz; saber, enfim, fazer tradução em sua própria língua.

**Estratégias em um processo decisório:
o que o usuário se perguntaria**

- 1a Que intenção comunicativa pretendo concretizar, através de uma forma linguística significativa?
- 1b Que opções de uso (variantes) existem, à disposição, e quais delas conheço (no português oral/escrito/culto/formal/informal) ?
- 2a Que revela minha capacidade de observação sobre quem usa cada variante quando, onde, como por quê e para quê?
- 2b O que as obras de referência ou de orientação (gramáticas es colares, manuais de estilo ou de redação e similares) esclarecem sobre essa variação? Por que são/não são confiáveis ?
- 3a O que sei (descobri) sobre as reações de ouvinte/leitores às variantes existentes e particularmente à que pretendo usar?
- 3b Como rotular os efeitos prováveis de variantes que ainda não sei? De que modo posso antecipar reações a esses usos?
- 4a Qual das variantes prefiro usar e que risco comunicativo pos so estar assumindo ao fazê-lo?
- 4b O que esta decisão contribui para minha confiança linguísti ca?
- 5a Até que ponto exerci meu direito linguístico de fazer opções?
- 5b Até que ponto respeitei os direitos linguísticos dos meus ouvintes/leitores?

O usuário independente: tradutor de prescrição em . descrição e decisão

A formação de usuários como decisores lingüísticos pressupõe a capacidade de traduzir atitudes rígidas, absolutistas em flexíveis, relativistas. Assim, em vez de pensar ou dizer "isso está errado", o usuário confiante pensaria ou diria "Que outras opções você conhece para isso? Descubra e use uma alternativa mais adequada ao contexto".

Do mesmo modo, um professor resistente à idéia da variação lingüística e à relatividade dos usos poderia corrigir a redação de um aluno com base na dicotomia do certo ou errado, em lugar de, numa perspectiva humanística construtiva, propor ao educando (seu próximo lingüístico) que se estabeleça uma hierarquia de problemas redacionais: mais sérios, mais ou menos sérios e menos sérios ou, se preferir-se outra terminologia usada em lingüística educacional, erros de gravidade máxima, média e mínima, segundo o efeito na compreensão da mensagem.

O lingüista e a formação dos gramáticos escolares

Dentre as missões de maior relevância educacional para o lingüista contemporâneo, interessado em contribuir para o desenvolvimento da confiança e da competência sociopragmática dos usuários de língua materna, sobressai-se a de ajudar no preparo dos autores de gramáticas pedagógicas para uso nos três níveis de ensino-aprendizagem. Que diretrizes formular para a construção de programas formativos de gramáticos escolares? Como sensibilizar as futuras gerações de descritivistas (das variedades orais e escritas da língua portuguesa) e de prescritivistas (esclarecidos, sensatos, alicerçados em dados da realidade lingüística) para a relevância de produtos gramaticais que dêem o devido lugar ao sol a fatores processuais (cognitivos), socioculturais (contextuais) e textuais ?

Conclusão à espera de continuadores: da teoria à praxis decisória

Uma gramática para o usuário de língua portuguesa parte do

princípio de que toda pessoa tem o direito de tomar decisões linguísticas — ser um decisor linguístico — ao interagir com outros usuários da mesma língua. Por isso, compete ao linguista contemporâneo ajudar o autor de material didático *latu sensu* e o professor de português a criarem condições favoráveis ao desenvolvimento da auto-confiança linguística dos usuários no contexto escolar e fora deste, preparando esses educandos para usarem responsibly sua língua materna.

A complexidade da tarefa aguarda pesquisadores que aprofundem a problemática sugerida neste breve artigo.

Referências bibliográficas

- Gomes de Matos, Francisco. Posfácio. Dicionário de Linguística e gramática de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Petrópolis, Vozes, 1977.
- Gagné, Gilles. Norme et enseignement de la langue maternelle. In La Norme Linguistique (ed. Edith Bédard et Jacques Maurais). Québec, Conseil de la Langue Française e Paris, Le Petit Robert, 1963.
- Gomes de Matos, Francisco. De dependente a decisor linguístico: por uma gramática do usuário. Petrópolis, Revista de Cultura Vozes, setembro de 1985, pp. 543-546.
- Gomes de Matos, Francisco. A autoconfiança do usuário de português. Petrópolis, Revista de Cultura Vozes, dezembro de 1986; pp- 50-61.
- Corblin, Francis. Savoir la grammaire et faire de la grammaire. In De la Grammaire Scientifique à la Grammaire Scolaire. (hélène Huot et alii). Paris, Université Paris 7, 1988.
- Langacker, Ronald W. Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 1. Theoretical Prerequisites. Stanford University Press, 1987.

BRAZILIAN FOLK LITERATURE: ORAL OR LITERATE TRADITION?

JOSÉ CARLOS GONÇALVES

1. Introduction

In recent years scholars of different persuasions have focused on the nature of oral and written language. One such attempt to define the components of oral written language is Chafe's (1979) analysis of involvement and integration.

Involvement and integration are not clearcut matters in terms of Chafe's (1979) analysis. Chafe examines the concepts of involvement and integration in relation to spoken and written language respectively. He calls our attention not only to the different nature of the tasks involved in speaking and writing but to their different outcomes as well. Time seems to be a decisive factor in the differentiation of those two language types. Chafe claims that spoken language is produced in spurts or "idea units". He states that "Idea units typically have a coherent intonation contour, they are typically bounded by hesitations, and they usually exhibit one of a small set of syntactic structures. They are a striking observable feature of spoken language". He goes on claiming that idea units seem to be produced at a speed which matches the normal "thinking rate" and that language may well reflect the pace of our flow of thought. As we write much slower than we think, writing has more time and its outcome seems to be more integrated, as our thoughts precede us when writing. Chafe states that "the result is that we have more time to integrate a succession of ideas into a single linguistic whole in a way that is not available to us in speaking".

In writing the expression of a series of ideas is molded into a more complex, integrated whole, by means of devices which are not encountered in speaking. In speaking the language

produced seems to be fragmented and not integrated as in writing. Chafe suggests that the greater integration of the written text is due to the slowness of writing combined with the speed of reading. Further he adds one more variable to account for the differences between speaking and writing. Speakers generally share the environment of the speech act and have immediate feedback from the audience. The nextness of the situation creates an obligation for the speaker to put his message across "in a way that reflects the richness of his thought — not to present a logically coherent but over-simplified skeleton, but to enrich it with the complex details of real experience — to have less concern for consistency than for experimental involvement".

Chafe then speaks of involvement with the audience as typical of the speaker, and detachment from the audience as typical for a writer. The writer, he says, "is less concerned with experiential richness, and more concerned with producing something that will be consistent and defensible, when read by different people at different times in different places".

Further, involvement is more personal and "experiential", for it displays more concern with the people and their relationships and more with particular experiences than cultural stereotypes. Involved language seems thus to be more vivid or exaggerated. Chafe calls our attention to the fact that not all the spoken and written language types have the same degree of involvement and integration".

In his study, Labov (1972) examined the transformation of experience in narrative syntax. According to him, a narrative must be reportable and must have a point, i.e., its *raison d'être*, why it was told and what the narrator is getting at. The narrative has basically three parts which are the descriptive, narrative and evaluative components. In this paper we will rely mostly on Labov's types of evaluation for the analysis of our narrative.

Tannen (1980) shows that "oral tradition depends for its impact on the creation of a sense of identification with characters and tellers of stories, whereas literate tradition

depends upon an intellectual understanding of the principles or points to be made". She goes on saying that "Internal evaluation contributes to the sense of identification, while external evaluation makes explicit what the point is.. a feature of literate - based strategies". She makes the point that the use of different strategies by people in literate and oral traditions may cause problem for cross-cultural communication. Among the many implications of oral vs. literate strategies Tannen suggests that written fiction capitalizes on strategies which are characteristic of both oral and written traditions thus making optimal use of these apparently conflicting linguistic realities. Her idea of the oral/literate continuum is an illuminating way to look at oral and written language in a non-conflicting perspective, by avoiding the common split between oral and written tradition. In this study I will examine a folk tale of the so-called 'literatura de cordel', a controversial type of literature that scholars of different orientation class as oral or written language. I will base my study on a narrative called The Life and Will of Cancão de Fogo. This story is excerpted from Literatura Popular em Verso - Antologia, and a copy of the story can be found in the appendix. This story is a specimen of the cycle called 'Anti-Hero' and Adventures. The protagonist is the typical Brazilian anti-hero, a trickster who survives by trickeries and who always finds a way out of every embarrassing situation. The character is a personage who exists under different names in the folklore stories all over Brazil.

In this paper I will look at evidences of external and internal evaluation with an aim towards determining whether the data fit the oral or written mode of language. I speculate that frequent recourse to instances of internal evaluation manifested by the occurrence of direct questions may be an indicator of the degree of 'oralness' or 'writtenness' of the Brazilian folk (cordel) poetry.

2. Methodology and discussion

In an attempt to answer the question put forward in the

title of this section I decided to carry out a qualitative and quantitative analysis of one piece of work of the so-called Brazilian folk literature (literatura de cordel) randomly selected from the data. I will focus my study on the use of forms of external and internal evaluation in the narrative as devices indicating degrees of 'oralness' or 'writtenness'.

Before I start my analysis of evaluation I should clarify that the narrative under analysis is not a personal recollection of the narrator's past experiences in order to make a point it is rather an account of vicarious (- endured, suffered, or performed by one person in place of another) experience. This is a crucial distinction because it will yield different patterns of evaluation than the narratives of personal experiences would. Because of the vicariousness of the narrative, the narrator has to have recourse to more internal than external evaluation. Rather than addressing direct reminders to the audience and using remarks to himself as evaluative devices the author appeals to internal evaluation in the form of direct quotation. Tannen (1980) stated "direct quotation is a common form of internal evaluation. By putting words in the mouth of the characters, the teller communicates what happened from inside the story".

The author then makes use of internal evaluation by letting his characters evaluate the story for him.

2.1. External evaluation

Let us now examine some instances of external evaluation and see how this is carried out in the narrative. When possible I will use examples from my own data as illustrations.

Labov (1972) shows that "the narrator can stop the narrative, turn to the listener, and tell him what the point is", instead of letting "the narrative itself convey this information to the listener - to give them the experience". Let us look at an example of this. In the examples quoted, the Portuguese Version will appear to the left, with the English (approximate) translation juxtaposed to it:

(31) Agora vamos saber quem era esse Cancão. Let us now see who this Cancão was.

Note that although the author addresses a direct reminder to his audience this has mostly a descriptive orientation function rather than carrying evaluative force. Table 1 summarizes the occurrences of Direct Reminders in the narrative.

Table 1 - Quantitative Analysis - External Evaluation

	DIRECT REMINDERS		
	APPLICATIONS	TOTAL	PERCENTAGES
No. of instances	06	950	0.63
No. of lines	38	950	4.0

There were 950 lines in the total narrative. In the text only six instances of direct reminders were found. This gives a very low percentage of use of only 0.63 (less than 1.0). If we consider the number of lines used, i.e., the number of utterances in the stanza, as direct reminders, this percentage increases slightly to 4.0 of the total. Functionally, these direct reminders have the role of calling the hearer's (in this case reader's) attention to the development of the narrative, it is used three times at the beginning of the narrative as to open-up the narration, once at the middle (line 679 - 680) and twice at the end as a closing or coda-like device. It functions then as a kind of transition device to initiate, link and wrap-up events in the narrative sequence.

A second type of external evaluation (so defined by exclusion, since it is not an instance of internal evaluation) is the occurrence of indirect quotations. Indirect quotations seem to be a feature of written language and thus have a descontextualizing, integrative function. Consider the following example:

(27) Muita gente talvez pense que seja exageração. Most people
 may think it
 is an exage-
 ration.

By indirectly reporting what people think rather than quoting them directly, the narrator chooses to use a more indirect and external form of evaluation with the result of sounding more detached from and thus involved with his audience. Table 2 presents the occurrences of indirect quotations in the narrative.

Table 2 - Quantitative Analysis - External Evaluation

	INDIRECT QUOTATIONS		
	APPLICATIONS	TOTAL	PERCENTAGES
No. of instances	10	950	1.05
No. of lines	22	950	2.33

We can see that indirect quotation is not a very common device in the narrative under study. It was used only 1.05 of the times. Even if one considers the length of discourse stretch used rather than the mere number of occurrences of the aforementioned phenomenon the percentage is still too low (2.33). Thus it is evident that indirect quotation is not a very common feature of this type of story-telling to judge from the sample examined in this study.

Labov (1972) shows that external evaluation "is a common trait of middle-class narrators, who frequently interrupt the course of their narrative. "This seems to correlate with our finding of scarce use of this evaluative device in the narrative under analysis because the Brazilian folk literature, as we showed in our introductory chapter, is a working-class phenomenon and then the authors would tend to use more involving techniques to evaluate their narratives taking into account the specific type of audience their productions are aimed at.

2.2. Internal evaluation

Let us now examine the use of internal evaluation as characterized by the recourse to direct quotations by the narrator in his attempts to make the point of his story. The most common way to use direct quotation is for the author to use a verb such as SAY and then embed the direct quotation as we can see in the example bellow:

(137) Cancão quando soube disse: - Isso não é novidade.
When he heard this Cancão said: - That's no news.

Table 3 summarizes the occurrences of direct quotations in the narrative.

Table 3 - Quantitative Analysis - Internal Evaluation

	<u>DIRECT QUOTATIONS</u>		
	<u>APPLICATIONS</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PERCENTAGES</u>
No. of instances	120	950	12.63
No. of lines	544	950	57.26

If we consider the number of occurrences of direct quotation in the narrative we can see that it is not very high (12.63). If nonetheless we consider the total number of lines in the narrative that we used as direct quotation we can see the percentage rises sharply to 57.26. This means that more than half of the narrative is performed by direct quotations as an internal evaluation mechanism. What over-inflates the amount of discourse stretch used as direct quotations is the fact that while some quotations are very short, basically of two lines, like example (137) above, others range in size from 2 to 22 lines. There are

then some very lengthy quotations that constitute more spacious renditions of evaluation.

3. Functions of Direct quotations

We saw then that direct quotation is a very common feature of our sampled data. Pointless narratives are unevaluated but good narratives can be measured by the degree of evaluation strength they have. Ideally every line and almost every element of the syntax should contribute to the point, by elaborating arguments. The majority of the evaluative devices have the effect of suspending the action of the narrative so that attention is called to special parts of the narrative in order to signal to the listener that these facts are related to the point. Evaluation is generally interspersed in the narrative and is conveyed by mechanisms which depart from the basic narrative syntax. Let us consider some examples:

(109) A própria mãe do Cancão...(113) disse: ele não prestava

Even Cancão's mother herself...(113) said: he was a bad person.

As part of the descriptive structure of the narrative, this has the function of presenting characterological information to the audience in an evaluative way. At this point in the narrative this is the first appearance of a new character, the hero's mother, who does the evaluation for the author. The reason that it is his mother who says what she says is much more evaluative than if the words were uttered by another character. In the course of the narrative, more and more detailed characterological and environmental information is supplied and this certainly has an evaluative function.

Let us examine another example:

(205) Disse a velha: não puxaste (205) Said the old woman: you don't look like

(206) a teu pai que foi honrado (206) Your father who was a
brave man.

These are instances of evaluative function of direct quotations. By the frequent use of direct quotations the author adds to the mass of detail-temporal, situational and characterological - the point of the narrative, "what the story is really about". In addition to acting to tell the audience what the narrator feels is crucial information in the story he is telling, i.e., what the point of the story is, evaluation also serves to suspend the narrative action by delaying discussion.

In addition to having descriptive and evaluative functions, direct quotations may also contribute to the narrative action. Let us look at one more example:

(536) disse vou dar um passeio
(536) He said: I'm gonna take a walk.

The utterance of no. (536) is a narrative clause which has a temporal juncture and gives sequence to the flow of narrative action in the story. It adds one more step towards the complicating action while at the same time providing for evaluation.

We can see then that direct quotation have all the functions usually assigned to evaluative language in the course of the narrative.

4. Verbs introducing direct quotations

In Austin's classification of illocutionary acts, the verbs introducing direct quotations are generally examples of sayings (constatives, statements, assertions, etc.). These verbs are reclassified by Searle (1976) as Representatives, i.e., "their point or purpose is to commit the speaker (in varying degrees) to something's being the case, to the truth of the expressed proposition". Searle states that "All the members of the

representative class are assessable on the dimension of assessment which includes true and false. "He symbolizes the representatives as $f \downarrow B(p)$, and says that the direction of fit is words to the world and that the psychological state expressed is Belief that (p).

Table 6 below summarizes the types of verbs introducing direct quotations.

Table 6 - Quantitative Analysis - Internal Evaluation

<u>VERBS INTRODUCING DIRECT QUOTATIONS</u>			
<u>VERBS</u>	<u>APPLICATIONS</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PERCENTAGES</u>
Say [dizer]	88	120	73.33
Ask [perguntar]	11	120	9.16
Answer, reply [responder]	03	120	2.50
Exclaim [exclamar]	02	120	1.66
Wonder [querer saber]	02	120	1.66
Tell [contar]	01	120	0.83
Yell, shout [gritar]	01	120	0.83
Give a message [dar recado]	01	120	0.83
No overt verbs	12	120	10.00

A brief look at the table above will suffice to show us that the verb SAY is by far the most frequent verb to introduce direct quotations in the narrative under analysis. We have already seen plenty of examples with SAY in our previous analysis. We would just like to add that the verb SAY can be used in a variety of tenses and modes to introduce direct quotations. The most common tense however is the Simple Past Indicative and the Imperfect Indicative which are the Portuguese narrative tenses par excellence. It is nonetheless not uncommon for the verb SAY to be used in a variety of tenses and modes (such as Imperative and Subjunctive). The verb dizer (SAY) then was used on a rate of 73.33 in the text. Its overuse may be attributed to its neutral semantic meaning, i.e., in addition to being the most frequent

representative verb it is also semantically 'unloaded' differently than verbs such as EXCLAIM, SHOUT, which carry further meaning and are more strongly evaluative in degree of emotional involvement. It seems that the story-teller in this case is placing more emphasis on what his characters say than in the fact that they say something. Table 6 tells us that the second category of verbs introducing direct quotations is NO VERBS, i.e., they are introduced directly with no verb. Let us consider the following example:

- | | |
|-----------------------------------|---|
| (633) - Eu vou daqui a dez leguas | (633) I have to go ten miles
away from here. |
| (637) - Queres fazer como eu? | (637) Wanna do like me? |

Since the context is obvious due to the highly contextualized character of this type of narrative the introductory verb may well remain elliptical and is not necessary on the surface form. If we add those cases of elliptical verb to the category of SAY, we will then have SAY being used 84.16% of the time as the introductory verb. Other verbs such as Answer, Tell, Shout, Give (a massage) are all examples of representatives and do not need any further comment for the time being.

The second most used type of verb is the verb ASK. Ask belongs to the category of DIRECTIVES, whose "illocutionary point consists in the fact they are attempts (varying degrees, and hence, more precisely, they are determinates of the determinable which includes attempting) by the speaker to get the hearer to do something", as Searle classified them. They are symbolized as $A \downarrow D \uparrow W(H \text{ does } A)$. Their direction of fit is world-to-words and the sincerity condition is want (or wish or desire). Other verbs of this class are ask, order, command, request, beg, etc.

We have an example of ASK in no. (273) and (274):

- | | |
|-------------------------------|--|
| (273) Perguntou foste comprar | (273) (She) asked: did you go
shopping charge |
| (274) fiado na venda alheia? | (274) at somebody's store? |

Perguntar (ask) was used 9.16% of the time in the verbs introducing direct quotations. As a directive it is a request for clarification or information and forces the character to add new evaluative information to the narrative point.

In sum, Representatives and Directives are the two most common types of verbs introducing direct quotations. Syntactically, all these verbs are transitive and thus need an object which in this case is the whole quoted speech. As Tannen (1980) noted "by putting the words in the mouth of the characters, the teller communicates what happened from inside the story. Nonetheless, by deciding what words to put in the character's mouth, the teller is building the story toward the desired point". This metacommunicative function, then seems to be one more application of direct quotations.

5. Conclusion

We have analysed a sample of Brazilian folk literature with the objective of determining its oral or written nature.

Tannen (1980) calls our attention to the nature of the difference between oral and written language residing more on a continuum than in a bipolar mutually exclusive scale. She claims that written fiction is a kind of language which capitalizes both on the advantages of oral and written language without the disadvantages of neither: "...Written fiction — a form which takes advantage of written form and increased production time to achieve a more integrated prose, but which still opts for many of the strategies associated with spoken language to create prose that also has a high involvement factor, in order to capitalize on the oral tradition function of emphasizing the interpersonal, of making use of the subjective response and the knowing through identification which Ong hypothesizes and which Chafe has called the involvement factor".

The point Tannen makes in her article seems applicable to our analysis of Brazilian folk poetry. The Brazilian folk poetry is oral folklore written in the form of rudimentary poetry.

Our analysis of the evaluation mechanisms that this type of

poetry is filled with shows us that it is a kind of written literature that imitates oral language. The lack of external evaluation is one such evidence that this poetry appeals more heavily to evaluative mechanisms which are typical of oral language. Direct quotations constitute instances of internal evaluation which Labov and Tannen associate with good storytelling, a phenomenon they have found in narrators from working class, rural areas, or in members of certain cultures. In addition to being an internal evaluation device, the use of direct quotations relies heavily on context and interpersonal relationship which are marks of involvement in Chafe's (1979) analysis of written and oral language. The fact that the most common type of verb which introduces direct quotations is the verb SAY seems to argue intuitively for the similarity between this kind of poetry and conversation. The fact that direct quotations can also be introduced directly without any surface representative verb can be taken as evidence that the Brazilian folk poetry relies heavily on contextualized, shared knowledge. Scribner (1968) observes that "writing separates the producer from the product. Oral language exists only at the very moment that the individual is in the act of creating it, whereas writing separates our language from us and sets it in the outer world, making it available for inspection and contemplation by its creator as well as by others".

The need for wider communication seems to be the leit motif for the Brazilian folk poetry to be written rather than simply sung. Literacy brings its advantages and larger markets are open for the folk poet. In this sense writing approximates the producer to the product, by "making it available for inspection and contemplation by its creator as well as by others".

Although "the user of written language is performing in a solitary rather than a social manner", the Brazilian written folk poetry seems to be a way of making its millions of readers and listeners feel in a more social way through the intersubjective communication it establishes.

Based on the evidence drawn from the analysis of direct quotations as forms of internal evaluation we would suggest that

the Brazilian written folk poetry seems to be in a transition phase from oral to written language, a phase in which in spite of its written format it still relies heavily on oral modes of expression.

References

- (1) Albert B. Lord (1960) *The Singer of Tales*. New York, atheneum 1978.
- (2) Chafe, W. (1979) Integration and involvement in Spoken and Written Language. Paper presented at the 2nd Congress of the International Association for Semiotic Studies . Vienna, July 1979.
- (3) Franklin Maxado (1980) O que é literatura de Cordel. Rio de Janeiro: CODECRI.
- (4) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística , 1978. Anuário Estatístico do Brasil. Brasília, IBGE.
- (5) Horácio de Almeida (1976) in (2).
- (6) Ivan Cavalcante Proença (1977) *A Ideologia do Cordel*. Rio de Janeiro: Editora Brasília-Rio.
- (7) Labov, W. (1972) The Transformation of experience in narrative Syntax, in Language in the Inner City. Philadelphia Univ. of Pensylvania Press.
- (8) Liedo Maranhão de Souza (1976) *Classificação Popular da Literatura de Cordel*. Petrópolis: Vozes.
- (9) Ministério da Educação e Cultura e Casa de Rui Barbosa. *Literatura Popular em Verso*. Antologia, Tomo II (1976).
- (10) Proença, M. Cavalcante (1964). Introduction to Literatura Popular em Verso. Rio de Janeiro - Brasília, MEC - Fundação Casa de Rui Barbosa, 1964.
- (11) Scribner, S. (1968) *Cognitive Consequences of Literacy* , Albert Einstein School of Medicine,, Bronx, New York.
- (12) Searle, J.R. (1976) A Classification of Illucotinary Acts, in *Language in Society* 5, 1 - 23.
- (13) Sebastião Nunes Batista (1973). Restituição da autoria de folhetos do Catálogo, Tomo I de *Literatura Popular em Verso* in (2).
- (14) Tannen (1980) *Spoken/Written Language and the oral/Literate Continuum*. In *Proceedings of the sixty Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society Berkeley, U. California Press, to appear.*

LINGUAGEM E SEXO: ESTUDOS SOBRE A FALA FEMININA*

JUDITH HOFFNAGEL
ELIZABETH MARCUSCHI

Já simples observações não-científicas do cotidiano evidenciam a presença generalizada de estereótipos quanto à fala do homem e da mulher. Mas mesmo análises científicas sugerem que a fala feminina é percebida como mais polida, conservadora, emocional, entusiástica, incerta, fofoqueira, enfadonha. A fala masculina, em contrapartida, seria direta, racional, pouco emocional, com senso de humor e séria. Segundo Aries (1984), as mulheres são tidas como cooperativas, expressivas, boas ouvintes; os homens, ao contrário, são considerados objetivos, analíticos e orientados para o status. Em termos de tópico¹, homens falam sobre assuntos importantes: economia, trabalho, política etc., enquanto as mulheres se detêm em assuntos pessoais: crianças, casa, empregada, temas tidos como menos relevantes.

A investigação científica da questão linguagem e sexo é relativamente recente. Segundo Kramarae (1980a:83), "as palavras usadas para descrever mulheres e homens, seu comportamento e sua interação verbal, só passam a chamar a atenção como sendo estruturas e atividades lingüísticas problemáticas a partir dos movimentos contemporâneos de libertação da mulher".

Até o final dos anos sessenta os estudos nesta área não foram sistemáticos. A partir daí cresce o interesse científico

* Esta investigação representa uma versão ligeiramente modificada das bases teóricas de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelas autoras para a Fundação Carlos Chagas,

pela análise do desempenho lingüístico feminino e masculino. Este interesse não surge de forma isolada, mas acompanha outros estudos de natureza sobretudo sociológica, psicológica e política, que reivindicam uma equiparação dos direitos e deveres do homem e da mulher enquanto seres sociais.

Embora as relações linguagem e sexo tenham recebido atenções esporádicas já no século XVII (cf. Jespersen, 1922; citado em Thorne e Henly, 1975:5), somente nos anos setenta deste século a temática emerge como um campo de estudos.

Os primeiros relatos sobre as possíveis relações entre linguagem e sexo foram feitos, em sua maioria, por antropólogos em suas investigações etnográficas. Isto porque, como sugere Kramer (1974: 2), "era mais fácil perceber diferenças de linguagem entre os sexos em outras culturas do que na nossa". Os relatórios etnográficos restringem o enfoque de seus estudos ao uso de elementos isolados da fala (p. ex. pronúncia, afixos nominais ou pronomes pessoais) em tribos "exóticas". Bodine (1975), numa revisão da literatura sobre diferenças sexuais em linguagem, observa que os primeiros estudos se concentraram naquelas características da fala que podiam ser atribuídas ao repertório exclusivo de um ou de outro sexo. A partir dessa constatação frisa ela que, pelo fato das línguas européias serem marcadas mais por uma diferenciação preferencial do que por uma diferenciação exclusiva, isto, é, menos diferenças absolutas do que frequência de ocorrência, os pesquisadores europeus não notaram tão facilmente a relação entre linguagem e sexo em suas próprias línguas. Bodine conclui que não apenas nos faltam informações a respeito da relação entre linguagem e sexo na maioria das línguas, mas, o que é mais lamentável, faltam-nos estudos sobre "o significado social de tal diferenciação" (1975:149).

Freyre, em 1933, na obra *Casa-Grande & Senzala*, ao abordar o papel desempenhado pela ama negra na cultura brasileira e na formação da família aponta para a importante contribuição que a ama negra deu para o "amolengamento" ou "amolecimento" e mesmo adocicamento da língua portuguesa, livrando-a de seus "rr" e

"ss" e adicionando formas diminutivas em "inho". Como se vê, trata-se de uma visão do papel da mulher na formação cultural através da linguagem. Freyre não está interessado diretamente na linguagem e sim na formação social do povo brasileiro. Lakoff, com seu livro *Language and Woman's Place* publicado em 1975, mudou o enfoque do estudo linguagem e sexo. Lakoff argumenta que as mulheres são socializadas dentro de certos padrões de fala e que estes correlacionam-se com a posição subordinada que cabe às mulheres no seio da sociedade. Reações favoráveis e desfavoráveis às investigações de Lakoff provocaram o surgimento de numerosos estudos, em diversas disciplinas, que tentaram demonstrar ou negar a existência de um estilo próprio da fala feminina. Vários níveis do desempenho lingüístico (fonologia, léxico, morfologia, sintaxe) passaram a ser vistos como possíveis fontes de distinções lingüísticas entre os sexos.

O interesse na relação linguagem e sexo produziu, no entanto, nos anos 70, muitas investigações fragmentadas que, nas palavras de West e Zimmerman (1985:108) "exageraram as diferenças lingüísticas entre os sexos". Ao comentar os resultados da primeira década de pesquisas na área aqui abordada, Smith (1983:115-117) observa que a mera associação de um sexo com um traço lingüístico ainda não é suficiente para ligá-los diretamente. Excetuando correlações excepcionais, a associação pode ser atribuída ao sexo e a alguma outra variável, como por exemplo idade, **status** social ou econômico.

Pesquisas recentes sobre linguagem e sexo vêm apresentando resultados mais concretos e, na opinião de Thorne e Henly (1975), têm conceituado a linguagem não em termos de variáveis isoladas ou como código abstrato, mas dentro de contextos de uso real.

A incorporação da noção de contexto implica o acréscimo de uma variável importante, ou seja, a da dimensão social, que em L, muito pode contribuir para a compreensão da diferenciação sexual no âmbito da fala. Uma dimensão a ser considerada é o tipo de discurso usado pelos falantes, em situações tais como entrevistas, conversações casuais, debates, reuniões de trabalho e

outras. Nestes contextos, segundo West e Zimmerman (1985:109), podemos observar por exemplo variações quanto à diferença na alocação dos turnos de fala, bem como à interferência de elementos situacionais. Tal como lembra Goffman (1964) deve ser aqui analisado se o falante está interagindo:

- com alguém do mesmo sexo ou de sexo diferente;
- com um subordinado ou um superior;
- com um ou vários ouvintes;
- face a face ou ao telefone;
- lendo um **script** ou espontaneamente;
- em uma ocasião formal ou informal;
- em situação de rotina ou de emergência.

Observa ainda Goffman que não se trata simplesmente dos atributos da estrutura social (tais como idade e sexo), mas sim do valor atribuído a estas propriedades, tal como ocorre na situação e no momento.

Para os estudiosos interessados na relação entre o discurso sexista e questões sociais, é fundamental uma análise acurada do contexto interacional. O lingüista pode, por exemplo, delimitar seu interesse simplesmente às possíveis diferenças sexistas na fala. No entanto, se pretender ir mais longe e procurar investigar **como e porque** estas diferenças ocorrem, não pode perder de vista que as interações se dão em sociedade. Este deve ser seu ponto de partida teórico. Segundo acertadamente frisam Thorne e Henly (1975:14), "com esta mudança de perspectiva, o sexo é não só uma variável que se correlaciona com vários aspectos lingüísticos mas, mais do que isso, torna-se um fenômeno sócio-cultural".

É considerável o número de autores que explicam os estilos sexistas de fala em termos da diferenciação social de homens e mulheres. Pieper (1981), por exemplo, sugere que o desempenho lingüístico dos dois sexos deve ser analisado em função dos papéis que o homem e a mulher assumem em sociedade. Assim sendo, determinado estilo de fala não pode ser considerado como **especificamente** feminino ou masculino, mas sim como **preferencialmente** masculino ou feminino. Troemel-Ploetz (1982) argu-

menta não ser correto identificar "linguagem feminina" com uma variante lingüística própria, independente, já que a mulher não recorre a um dialeto próprio, que os homens não entendem. Admite como aceitável falar-se em "linguagem feminina", desde que esta seja entendida como expressão da situação da mulher como um todo dentro da sociedade, apresentando características lingüísticas bem específicas.

Hoje, a tendência das pesquisas é investigar a fala de ambos os sexos em contextos de uso concretos que podem não só registrar diferenças lingüísticas específicas, mas que também tentam explicar por que estas ocorrem e quais são suas consequências sócio-interacionais.

Fishman (1977, 1978a, 1978b, 1980) mostra, em suas análises sobre a divisão sexual do trabalho em conversações casuais que qualquer interação social requer empenho do interactante para que seja bem-sucedida. As pesquisas de Fishman revelam que as mulheres têm que se empenhar mais do que seus interlocutores do se=xo oposto para iniciar e sustentar uma interação verbal. A autora lembra que algumas das características associadas à fala feminina (uso mais numeroso de indagações, muitas vezes com "tag questions" e marcadores de apoio) podem em verdade ser vistas como estratégias conversacionais às quais as mulheres recorrem para resolver problemas tais como sustentar uma conversação quando interagem com homens. Fishman (1978a) aponta, por exemplo, que para superar a dificuldade de conseguir a atenção dos homens na abertura de uma conversação as mulheres recorrem mais frequentemente a perguntas do que a atos de fala declarativos. Pois a uma pergunta segue, na maioria das vezes, uma resposta e a um ato declarativo pode seguir o silêncio do interlocutor. Já os homens recorrem mais a declarativas para iniciar uma conversação, pois a probabilidade de que sejam ouvidos é maior do que no caso de mulheres. Fishman conclui afirmando que da mesma forma que o trabalho doméstico, também o trabalho feminino na interação parece ser imperceptível, "porque o empenho interacional é relacionado com o que significa ser uma mulher, com o que a mulher é em sociedade, ficando obs-

curecida a idéia de que é empenho interacional o que ela realiza. Assim, o empenho interacional não é visto como o que as mulheres realizam na interação, mas identificado como parte do que elas são" (1978a:405).

Apesar da idéia de que as mulheres falam mais do que os homens ser aceita, na maioria das vezes, como verdadeira, pesquisas têm revelado que os homens não só falam bem mais nas conversações de que participam interlocutores de ambos os sexos, mas também interrompem mais a fala das mulheres (Swacker, 1975; West e Zimmerman, 1985; Kramer, 1974; Zumbühl, 1984; Troemel-Ploetz, 1984, entre outros).

Utilizando o modelo de análise conversacional proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), Zimmerman e West (1975) examinaram padrões de interação, silêncio e apoio ao parceiro no desenvolvimento do tópico em conversações casuais na cultura americana (cf. também Troemel-Ploetz, 1984, sobre discussões em televisão na cultura alemã). Estes estudos levaram à conclusão de que "os homens negam às mulheres, enquanto parceiras de conversação, os mesmos direitos no que se refere à utilização plena dos seus turnos e ao apoio interacional no desenvolvimento do tópico" (Zimmerman e West, 1975:125). A mesma pesquisa de Zimmerman e West indica ainda que "o poder e o domínio, que são privilégio dos homens em certos contextos da vida social, adquirem formas definidas e padronizadas, sendo exercidos também na interação conversacional com as mulheres" (1975:105).

Quando Lakoff (1975:53-56) lançou a hipótese de que uma das características da fala feminina era o frquente uso de expressões do tipo *hedges* (evasões ou rodeios), que serviriam para transmitir a insegurança do falante com respeito ao que está dizendo, vários estudos foram feitos para testar a afirmação. Boa parte destas pesquisas constatou que praticamente inexistente uma diferença significativa na frequência do uso destas expressões por falantes dos dois sexos (cf. Crosby e Nyquist, 1977; Edelsky, 1981; Fishman, 1978b e 1980). Há, no entanto, evidências de que estas expressões adquirem funções distintas na fala masculina e na fala feminina.

Holmes (1986) observa que não é suficiente contar o número de ocorrências de certas características na fala de homens e mulheres, mas é necessária uma análise funcional de seu uso. O estudo de Holmes sobre o emprego da expressão "you know" por homens e mulheres demonstrou que não há diferença significativa em termos quantitativos, mas a função da expressão adquire características diversas em cada sexo. Mulheres usam a expressão para **ênfatizar** o que dizem e para **confidenciar** aos interlocutores que estes compartilham seu conhecimento do assunto. Homens recorrem a "you know" para **expressar sua incerteza** frente ao que dizem ou para expressar que estão **conscientes** de que seu enunciado não está muito preciso.

Em **Women and Men Speaking** Kramarae (1981) examina vários modelos desenvolvidos para a análise dos fatores sociais embutidos nas atitudes e nos usos lingüísticos de mulheres e homens. Com vista a futuros estudos a respeito da relação entre fala e sexo a autora opta pelo modelo a que denomina "**The Strategy Model**". Kramarae parte do pressuposto de que a fala é uma ação socialmente situada. Segundo ela, quatro são os aspectos a serem considerados na formação de padrões e de sentidos na interação:

- a compreensão que os falantes têm da situação
- a relação singular existente entre os falantes
- as normas de fala compartilhadas
- as estratégias dos falantes.

O modelo desenvolvido por Kramarae baseia-se nas seguintes considerações:

1) o capitalismo industrializado aumentou a divisão do trabalho entre homens e mulheres, estigmatizando seus lugares de atuação. Homens são definidos ideologicamente pela esfera pública, enquanto mulheres estão mais restritas à esfera doméstica;

2) a autoridade (poder legítimo, autorização para comandar) é associada à esfera pública, dando ao homem o monopólio da autoridade. Como resultado desta diferenciação entre seus papéis e atividades, homens e mulheres têm relações dis-

tintas com o poder;

3) como consequência da divisão de trabalho, da separação do campo de atuação e as diferenças de acesso e de relação com o poder, homens e mulheres recorrem a diferentes estratégias para influenciar os outros e controlar eventos. É mais produtivo, pois, estudar a fala de homens e mulheres dentro do contexto da formação social das classes **homem e mulher**;

4) o conceito de **estratégia** providencia a ligação entre a estrutura social e as ações e interações dos indivíduos. A noção de **estratégia verbal** de Kramarae fundamenta-se na teoria de Brown e Levinson (1978:61), para os quais a "interação é a expressão de relações sociais... construídas a partir do uso estratégico da linguagem". Assim, argumentam esses autores, em se podendo descobrir os princípios do uso lingüístico, descobrir-se-á ao mesmo tempo os princípios das relações sociais (cf. Kramarae, 1981:118-119). Em outro momento Kramarae (1981:123) sugere que o valor da teoria da estratégia reside, em parte, no fornecimento de linhas-mestras para as áreas de pesquisa, até agora pouco exploradas, sobre linguagem e sexo, permitindo assim a definição e categorização das semelhanças e diferenças nos estilos de fala bem como de suas funções.

A literatura acima examinada mostra a quase inexistência de trabalhos sobre linguagem e sexo em língua portuguesa. Diante disso vale, pois, indagar se é possível afirmar que existe uma fala tipicamente feminina e uma fala tipicamente masculina na língua portuguesa do Brasil. Será possível constatar variedades ou **estilos**² diferenciados? Quais as implicações para a interação social caso existam dois estilos de fala? Como se dá a aquisição desses estilos? Cada estilo é exclusivo de um sexo ou o estilo de um é também encontrável na fala do outro? Que implicações decorrem da escolha de um ou outro estilo? Para melhor compreender se de fato existem estilos de fala tipicamente feminino e masculino no Português do Brasil e como se pode chegar a uma tipologia destes estilos, será fundamental investigar um variado leque de interações. As questões são instigantes e merecem ser investigadas.

Notas

1. O termo **Tópico** é aqui usado tal como definido por Brown e Yule (1983), no sentido de **tópico discursivo** em oposição a **tópico sentencial**, uma vez que esta segunda noção é mais de natureza sintática.
2. Entendemos **estilo** no sentido atribuído por Ervin-Tripp (1972:235), ou seja: "mudanças co-ocorrentes em vários níveis da estrutura lingüística dentro de uma língua".

Fontes de Referência e Bibliografia Geral

- Aries, Elizabeth. 1984. Zwischenmenschliches Verhalten in eingeschlechtlichen und gemischtgeschlechtlichen Gruppen. In S. Troemel-Ploetz (ed.), **Gewalt durch Sprache**. Frankfurt, Fischer. pp. 114-126.
- Bodine, Ann. 1975. Sex differentiation in Language. In B. Thorne and N Henly (eds.), **Language and Sex: Difference and dominance**. Rowley, MA, Newbury House, pp. 130-151.
- Brown, P. and S. Levinson. 1978. Universals in Language usage: politeness phenomena. In Esther Goody (ed.), **Questions and politeness: Strategies in Social Interaction**. Cambridge, Cambridge University Press, pp.56-324.
- Brown, Gilian and George Yule. 1983. **Discourse Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press.
- Crosby, Faye and Linda Nyquist. 1977. The female register. **Language in Society** 6: 313-322.
- Edelsky, Carole. 1981. Who's got the foor? **Language in Society** 10: 383-421.
- Ervin-Tripp, Susan. 1972. On sociolinguistic rules: alternation and co-occurrence. In J.J. Gumperz and Dell Hymes (eds.), **Directions in Sociolinguistics**. New York, Holt, Rinehart and Winston, pp.213-250.
- Fishman, P. 1977. Interactional shitwork. **Heresies** 1:99-101.
- Fishman, P. 1978a. Interaction: the work women do. **Social Problems** 25:397-406.

- Fishman, P. 1978b. What couples talk about when they're alone? in D. Butturff and E.L. Epstein (eds.), **Women's Language and Style**. Akron, L & S Books, pp. 11-22.
- Fishman, P.M. 1980. Conversational insecurity. In H. Giles, W. P. Robinson and P.M. Smith (eds.), **Language: Social Psychological Perspectives**. Oxford, Pergamon Press, pp. 127-132.
- Fishman, Pamela M. 1984. Macht und Ohnmacht in Paargespraechen. In S. Troemel-Ploetz (ed.), **Gewalt durch Sprache**. Frankfurt, Fischer, pp.127-142
- Freyre, Gilberto. 1933. **Casa-Grande & Senzala**. 19^a ed. de 1978. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- Goffman, Ervin. 1964. The neglected situation. **American Anthropologist** 66:134-136
- Holmes, Janet. 1986. Functions of 'you know' in women's and men's speech. **Language in Society** 15: 1-22.
- Kramarae, Cherris. 1980a. Perceptions and politics in language and sex research. In H. Giles and P.M. Smith (eds.), **Language: Social Psychological Perspectives**. Oxford, Pergamon Press, pp. 83-88.
- Kramarae, Cherris. 1981. **Women and Men Speaking**. Rowley, Mass., Newbury House.
- Kramer, Cherris. 1974. Women's speech: separate but unequal? **Quarterly Journal of Speech** 60:14-24.
- Lakoff, Robin. 1973. Language and woman's place. **Language in Society** 2:45-80.
- Lakoff, Robin. 1975. **language and Woman's Place**. New York, Harper & Row.
- Leitão, Eliane Vasconcelos. 1979. **Sexo e linguagem**. Rio de Janeiro, PUC/Rio, Dissertação de Mestrado.
- Marcuschi, Luíz Antônio. 1986. **Análise da Conversação**. São Paulo, Ática.
- Pieper, Ursula. 1981. Rollen- und Geschlechtstypische Charakteristika in der verbalen Elternkind-Kommunikation. **Folia Linguistica** 15:87-139.
- Sacks, H.; E. Schegloff and G. Jefferson. 1974. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language** 50:696-735.

- Siqueira, Elizabeth Angélica dos Santos. 1983. **Sexismo lingüístico no português do Brasil: alguns estereótipos**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Diss. de Mestrado.
- Smith, Philip M. 1983. Sex markers in speech. In K.R. Schrer and H. Giles (eds.), **Social Markers in Speech**. Cambridge, Cambridge University Press pp. 109-146.
- Swacker, Marjorie. 1975. The sex of the speaker as a sociolinguistic variable. In B. Thorne and N. Henly (eds.), **Language and Sex: Difference and Dominance**. Rowley, Mass. Newbury House, pp. 76-83.
- Thorne, Barrie and Nancy Henly. 1975. Difference and dominance: an overview of language, gender and society. In **Language and Sex: Difference and Dominance**. Rowley, Mass., Newbury House. pp. 5-42.
- Troemel-Ploetz, Senta. 1982. **Frauensprache: Sprache der Veränderung**. Frankfurt, Fischer.
- Troemel-Ploetz, Senta. 1984. Die Konstruktion konversationeller Unterschiede in der Sprache von Frauen und Männern. In **Gewalt durch Sprache**. Frankfurt, Fischer, pp. 288-322.
- West, Candance and Don H. Zimmerman. 1985. Gender, language and discourse. In T.A. van Dijk (ed.) **Handbook of Discourse Analysis. Vol.4**. London, Academic Press, pp. 103-124.
- Zimmerman, Don H. and Candance West. 1975. Sex roles, interruption and silences in conversation. In B. Thorne and N. Henly (eds.), **Language and Sex: Difference and Dominance**. Rowley, Mass., Newbury House, pp. 105-129.
- Zumbühl, Ursula. 1984. "Ich darf noch ganz kurz..." Die männliche Geschwätzigkeit am Beispiel von zwei TV-Diskussionssendungen. In S. Troemel-Ploetz (ed.), **Gewalt durch Sprache**. Frankfurt, Fischer, pp. 233-245.

MANIFESTAÇÕES DE PODER EM FORMAS ASSIMÉTRICAS DE INTERAÇÃO

LUIZ ANTÔNIO MARCUSCHI

0. Preliminares

O tema proposto para este simpósio*, *Linguagem e Discriminação Social*, pode ser abordado sob dois aspectos:

(1) na visão que defende uma única modalidade de uso lingüístico como recomendável, descartando como inferior todo desvio da norma padrão. Neste caso a discriminação se dá tanto em relação à variedade de língua como em relação a seus usuários;

(2) na visão que identifica relações de poder, dominação e controle que se manifestam nos diversos tipos de eventos discursivos. Aqui a discriminação se faz diretamente no exercício da interação verbal e implicitamente no tipo de evento comunicativo institucionalmente marcado.

Minha abordagem da questão situar-se-á no contexto dessa segunda perspectiva. Esta decisão se deve tanto ao interesse pessoal na pesquisa do assunto, como à relevância da própria questão. Por outro lado, a primeira perspectiva, além de preconceituosa, trata a linguagem como uma instituição independente da realidade social, ou seja, um bem abstrato e autônomo. Mas a linguagem não é apenas um sistema de símbolos, e sim também um "instrumento da desigualdade (cf. R. Fowler, 1985:62).

É fácil constatar que o uso mais comum da língua no dia a dia se dá nas interações verbais face a face, sem limite de situações, contextos, condições, formas e interesses. Todos nós, todos os dias, operamos com a língua nas mais diversas situações e temos as mais variadas experiências de sucessos e insucessos. Sabemos como iniciar uma conversação, desenvolvê-la e concluí-la; sabemos como introduzir, manter ou retirar tópicos

discursivos; sabemos como dar a entender coisas que não queremos dizer explicitamente; sabemos como insultar ou elogiar; sabemos que interagir com um médico é diferente do que interagir com um delegado de polícia ou com um colega de trabalho ou um professor em sala de aula. Sabemos portanto que entre dar uma ordem ou dar um elogio vai não apenas uma diferença de ato de fala, mas uma diferença de relações de poder. E também sabemos que não é nada fácil lidar com todo este saber. Sabemos, por fim, que para certos tipos de interação exige-se longo preparo, como p. ex. para a participação na discussão em um seminário de estudos, um simpósio científico etc.

Uma vez definida a perspectiva da abordagem, resta restringir o conjunto de questões. A grosso modo as interações na vida diária podem ser distribuídas em duas grandes classes:

- (a) **conversações casuais** e
- (b) **encontros institucionalizados**.

Da primeira classe fazem parte todos os tipos de eventos interacionais para os quais não há uma preparação prévia nem tema definido; os parceiros em geral se conhecem; as interações são geralmente privadas e as possibilidades de intervenção por parte dos falantes são em princípio igualitárias. Na segunda classe situam-se os eventos interacionais que usualmente têm um objetivo definido; as situações são geralmente públicas e os contextos caracterizados por normas convencionadas; os participantes nem sempre se conhecem e um deles representa, em princípio, um papel específico e predominante derivado de sua posição institucional.

Não obstante essas diferenças, as duas classes de eventos não passam de dois pontos imaginários dentro de um **continuum**. Em ambas podem-se constatar **assimetrias** ou **desigualdades** geradoras de poder e fontes de controle dos mais diversos tipos. G. Kress e R. Fowler (1979:63 ss) sugerem que "as relações comunicativas são geralmente assimétricas no sentido de que um participante tem mais autoridade que o outro". As aparências de intimidade, solidariedade e cooperação nos encontros sociais seriam "ilusórias".

Muitos estudos na área da interação verbal, por etnometodólogos como H.Sacks, E.Schegloff, G.Jefferson, J.Schenkein, E.Goffman e outros se ativeram em geral às interações simétricas e suas preocupações foram descobrir as formas de organização e estruturação conversacional válidas como regras gerais. Assim foi o sistema de tomada de turno (cf. Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974), um aparato em que as relações de poder não foram examinadas. Na verdade, as regras para a tomada de turno são em geral muito mais complexas do que o clássico trabalho desses autores deixa supor.

Nesta abordagem será enfatizado apenas aquele conjunto de interações que apresenta algum tipo de assimetria ou desigualdade. Isto porque, de fato, como observam J.J. Gumperz e J. Cook-Gumperz (1982:2), nos dias que correm, em sociedades complexas como a nossa, tornamo-nos cada vez mais dependentes dos serviços públicos e de contatos interpessoais com desconhecidos. Assim, o espaço para a imposição a identidade pessoal se torna reduzido e as flexibilidades na relação interpessoal ficam menores. Por outro lado, o "uso linguístico não é meramente um efeito ou reflexo da organização social e processos, ele é uma parte do próprio processo social" (cf. R. Fowler et al., 1979:1). Assim por exemplo, uma entrevista não é apenas um tipo de discurso, mas um mecanismo de controle de um indivíduo sobre o outro (cf. G. Kress e R. Fowler, 1979), o que pode ser considerado um poder institucionalmente derivado, ou seja, intrínseco ao tipo de evento.

Num primeiro momento definirei uma bateria de noções e em seguida tentarei elaborar alguns critérios para observação de relações de poder e controle discursivo nos eventos interacionais. Aqui me aterei apenas a uns poucos pontos cruciais, como certos tipos de atos de fala e o par pergunta-resposta.

1. Noção de poder

Num extenso estudo sobre discurso e poder, T.A. van Dijk (1987) observa que poder é uma noção que no macro-nível diz respeito ao poder social que se manifesta como poder econômico,

político, cultural e outros. No micro-nível ele é o exercício de prerrogativas derivadas dessas estruturas mais altas que se manifestam na condução local das relações interpessoais. É neste sentido que se pode usar a noção de **controle** tal como no caso do controle dos tópicos, das formas de tratamento, da tomada dos turnos, da seleção de certos atos de fala etc. **Dominação** é um terceiro aspecto e tem a ver com o **uso do poder** em função de certas imposições para fins específicos. No macro-nível situam-se os grupos sociais, as classes de interesses bem como as práticas institucionais e socio-culturais que regulam e determinam formas globais de discursos. Daí surgem por exemplo tipos como o discurso religioso, o discurso jurídico, o discurso parlamentar, o discurso militar, o discurso patronal, o discurso pedagógico e assim por diante.

Nesta análise ater-me-ei apenas às manifestações de poder em relações interpessoais assimétricas, ou seja, naquelas em que se verifica algum tipo de desigualdade entre os participantes. Quanto à noção de poder, T. A. van Dijk (1987:5) identifica, entre outros, os seguintes aspectos (cf. tb. R. Fowler, 1985):

(1) o **poder** baseia-se geralmente na posse de recursos socialmente valorizados mas desigualmente distribuídos, como status, conhecimento, especialização, etc.

(2) **poder** é analisado em geral em relação a conceitos como **dominação, influência, força, autoridade, prestígio, coerção, manipulação, persuasão e legitimação**.

(3) em todos os casos deve ser feita uma distinção entre o **poder individual** e o **poder social** derivado da posição no grupo

(4) **poder** é uma propriedade específica da inter(ação) e como tal nem sempre é exercido de forma explícita, sobretudo nas relações discursivas.

(5) **poder** é uma noção relacional em que um indivíduo **A** exerce algum tipo de pressão sobre outro **B**. Isto significa que **poder** é uma propriedade de uma relação específica entre **A** e **B**. Segundo R. Fowler (1985:61), trata-se de uma relação transitiva assimétrica.

(6) o poder é exercido por A sobre B no interesse de A que para tanto recorrerá aos meios adequados.

(7) o poder de A se legitima se B se rende a A seja por acreditar que os desejos e ações de A são de seu interesse ou porque quer evitar sanções (p.ex. no caso de A ser uma instância como o Judiciário).

As relações de poder manifestam-se, nas relações interpessoais, em atos discursivos dos mais diversos tipos, algumas vezes de forma explícita e outras de modo implícito, pois, como lembra T.A. van Dijk (1987), "o discurso não serve apenas para mostrar ou exercer o poder, mas também para dissimulá-lo". Entre os fatores básicos da organização do poder pessoal está a cognição social, pois ela "providencia as bases para a produção e interpretação de discursos e os fundamentos da interação social". Como exemplo característico deste tipo de operação do conhecimento social apresento aqui um trecho de uma entrevista entre uma empregada doméstica (analfabeta) da cidade do Recife com uma pesquisadora (universitária, pós-graduanda):

(1) MARCUSCHI - L.E.D./Recife, 1978, 25:245-343

/.../

- 1 E: e quando você fala com seus patrões você fala do mesmo
2 jeito
3 S: falo do mesmo jeito
4 E: não tem assim uma palavra que você gosta assim de dizê
5 mais
6 S: bom (.) eu não tenho porque eu só falo a mesma coisa
7 igual porque eu não sei falá france:is portugê::is (.)
8 inglê:is (.) matemá::tica essas coisa eu não seio falá
9 (..) que eu falo a mesma coisa que eu falo agora
10 E: mas se você vai pedi alguma coisa ao seu patrão ou a sua
11 patroa como é que você diz
12 S: bom eu digo (.) "don'Ivete por favor será que a senhora
13 podia me ceder: (.) digamos (.) dez cruzeiros vinte
14 cruzeiros adiantados" (.) é assim que eu digo (.) se ela
15 deu aí eu "muito obrigado" (.) quando ela me dé aí eu

16 digo" muito obrigado (.) tal dia eu lhe devolvo"
17 E: isso você falando com a patroa
18 S: é sim
19 E: e com o patrão
20 S: com o meu patrão eu digo a mesma coisa (.) "seu Jorge por
21 favor me pode arranjar tanto dez cruzeiros vinte emprestado
22 (.) tal dia eu lhe devolvo" (.) é a mesma coisa
23 E: e se você falá com sua amiga
24 S: bom (.) com aminha amiga já é:: (.) pé posso pedi a mesma
25 coisa mas é mais já é mais assim desligado o assunto aí (.)
26 "ô fulana tu tens que me empreste vinte ou dez cruzero
27 depois eu te dô" (.) já é outra coisa não é (.) aí o
28 patrão a gente fica mais um ouco acanhado porque ele tem
29 leitura quando a gente vê ele falando como é que ele fala
30 né aí a gente já vai entendendo já vai aprendendo um pouco
31 as palavra e com as amiga a gente já aprende outras
32 diferente (.) aí qué dizê que a gente já fala as palavra
33 diferente
34 E: quais são as palavras que você aprende com seus patrões
35 S: bom e (.) ele fala éh (.) digamos (.) em m éh "não faça
36 isso que isso é muito feio é ridículo (.) isso é péssimo
37 é horroroso não se fala assim::" éh (.) fale digamos (.)
38 "por favor:" por exemplo "faça isso (.) faça aquilo q'tá
39 bem feito eu gosto assim (.) Severina onde é que você vai
40 que hora você vol::ta olhe isso é muito boni::to temo
41 satisfação"(.) é isso que a gente falamos
42 E: e com sua amiga o que é que você aprende
43 S: óh com as minhas amiga elas também não aprende porque elas
44 falam de outro jeito né qué dizê que eu vô aprendê o jeito
45 que ela fala não é (.) se ela fala "ô fulana vamo prá:: (.)
46 pruma fes::ta" (.) nós vai (.) quando chega "ô Severina
47 vamo pá casa já tá na hora" (.) qué dizê com o patrão já é
48 diferente (.) ele diz " Severina vamos que já está na
49 hora" (.) qué dizê já é diferente não é (.) o que nós tamo
50 aprendendo (.) á qué dizê é que isso que nós fala (.) se o
51 patrão diz "vamo pra um cinema" nós dizem "va-mos" qué

52 dizê "VAMOS" e a empregada outra já não diz vamo/"VAMO"(.)
53 qué dizê que as palavra já está diferente /.../ é isso que
54 nós fala /.../

Este trecho, propositadamente longo, tem vários indicadores muito claros de relações de poder implícitos e explícitos, fundados no que van Dijk chama de cognição social. Em primeiro lugar trata-se de um tipo de atividade (cf. S. Levinson, 1979) designado entrevista e que representa relações assimétricas. É assimétrico quanto aos papéis, pois uma é a **entrevistadora** e a outra é a **entrevistada**, sendo que a primeira comanda os tópicos, introduzindo-os ou retirando-os de pauta. Também é assimétrica em relação ao status, já que uma é **analfabeta e empregada doméstica** e a outra é **universitária**. A entrevista pode ser tida, de um modo geral, como um exemplo prototípico de relações de poder e controle nas práticas sociais devido à desigualdade de papéis a que os participantes estão submetidos (Cf. R. Fowler et al., 1979:2ss).

Em segundo lugar, evidencia-se em (1) uma assimetria implícita que se verifica na relação entre a empregada e os patrões. Note-se que até mesmo na natureza dos atos de fala a empregada reproduz explicitamente os atos que o patrão lhe impõe. Vejam-se as linhas 35-39: "não faça isso que isso é muito feio", "é ridículo", "isso é péssimo é horrroso não se fala assim", etc. É evidente que isto reproduz condições discursivas desiguais em que um dos membros toma a iniciativa de regular até mesmo o comportamento lingüístico do outro, ou seja estabelece uma relação de poder de **A sobre B**, tal como observado acima.

A empregada age com consciência desses fatos e **aceita** isso como se fosse algo natural. Neste caso trata-se da imposição de uma assimetria vinda de uma instituição caracterizada na relação **patrão-empregada**. O que se observa aqui é como o poder exerce um controle tanto social como lingüístico. R. Fowler (1985:64) lembra que esse poder é "constitutivo" na medida em que **constrói** a própria realidade social, ou seja, constrói "as instituições, os papéis, os status e preserva a estrutura hierárquica da sociedade, protegendo as oportunidades explorativas

das classes reguladoras", gerando assim a subserviência voluntária ou involuntária.

2. Noção de assimetria

Assimetria é uma noção usada para descrever uma relação de desigualdade ou desequilíbrio entre os membros participantes de um evento de fala. Essa desigualdade pode ter origem em uma série variada de indicadores. No caso visto em (1) observamos pelo menos 5 diferenças fundamentais:

- (i) inserção em grupos sociais diversos;
- (ii) formação desigual
- (iii) profissão com valor social diferenciado
- (iv) direitos diferenciados
- (v) papéis desiguais no comando da interação.

Disto resultam diferenças quanto às formas de tratamento (S trata I por "senhora" e I trata S por "você"); quanto às formas de polidez ; quanto ao controle dos tópicos (a entrevistadora tem o domínio total do que é mencionável); quanto ao estilo; quanto ao tipo de atos de fala (quando S reporta os atos que o **patrão** lhe impõe mostra que são atos que não lhe compete repetir). Em suma, na assimetria pode-se notar uma diferença de poder social, pessoal e institucional; uma diferença na seleção de recursos lingüísticos; uma diferença de identidade social com componentes de classe, personalidade e status. Estes são os ingredientes que compõem a **distância social** entre os participantes.

Generalizando, podemos dizer que um encontro assimétrico em conversações casuais é tão possível, embora menos frequente, quanto em encontros institucionalizados. Típico e propício a assimetrias é por exemplo o encontro casual entre indivíduos que se desconhecem, mas um deles apresenta alguma característica de contraste, como vestimenta, aparência pessoal, idade, ou sexo. As diferenças poderão ser menos ou mais acentuadas, contribuir menos ou mais para controles e dominações. Nos encontros institucionais temos já por definição uma situação propícia à diferença, pois como lembra J.A. Thomas (1985:766) um

dos participantes encontra-se em "seu território pessoal" e se consolida como o participante dominante. Com **território pessoal** entende-se tanto a prerrogativa da posição institucional (como no caso do Delegado diante do preso) como a possibilidade de comando e controle de ações futuras (caso do Entrevistador na condução dos tópicos).

O arquétipo mais acabado disso são as tomadas de depoimentos pelo Juiz na hora de constituir a prova processual. Aqui o Juiz tem, por definição normativa, os turnos e dispõe sua distribuição podendo cortar ou solicitar repetição a qualquer momento. O próprio advogado, quando se dirige a alguma das testemunhas ou partes deve fazê-lo através do Juiz. A própria instituição judiciária é, por natureza, coercitiva e pouco maleável. Todos os atos verbais praticados estão **sub judice** e ali o princípio de cooperação (Grice, 1975) tem sua validade em sentido estrito e regulador. Ilustrativo neste caso é o estudo de R. Penman (1987) que tentou mostrar como a exigência de maximização da eficiência na troca de informação no tribunal leva a uma observância regular do princípio de cooperação tal como proposto por Grice (1975). Isto revelaria, por outro lado, a inadequação do mesmo princípio para as interações casuais (cf. R. Penman, 1987:214 ss).

Embora a assimetria em encontros institucionalizados não apresente sempre o tipo de limitação e controle acima apontado para o judiciário, ela é mais frequente que no caso dos encontros casuais. Segundo T.A. van Dijk (1987:40) "diálogos com ou em instituições ou organizações levam a interações institucionais de modo a manifestarem, sinalizarem ou legitimarem uma multiplicidade de relações de poder". Os participantes obedecem a normas ali vigentes, cabendo-lhes um espaço reduzido para a negociação de papéis, posições e estratégias.

Mas é justamente essa rigidez na organização dos procedimentos interacionais que leva, em muitos casos, à **perversão do sistema**, como no fato que me foi relatado por um Juiz do Recife. Num dado depoimento, no ato da constituição da prova, o Juiz perguntou à testemunha da acusação: "O Sr. conhecia o cri-

minoso?" ao que a testemunha respondeu: "Ele é um cafajeste, um tarado, um doido". O Juiz não ditou a resposta ao escrevente e reinquiriu a testemunha com a mesma pergunta, obtendo a mesma resposta. Novamente não a transcreveu, ao que a testemunha disse: "Mas o Senhor Juiz não vai pôr isso nos autos?". Essa indagação significava que a testemunha havia sido previamente instruída pelo advogado (da família interessada na acusação) sobre o que deveria ocorrer. A estratégia do Juiz, ao não seguir a rotina que o evento formalmente previa, quebrou o esquema previsto pelo advogado. Daí surgiu uma reprimenda à testemunha, que foi instada a responder ao indagado.

Fazer uma análise das relações de poder (e, conseqüentemente, dominação e discriminação) em interações institucionais é "mapear as estruturas de poder social em estruturas da interação verbal" (cf. T.A. van Dijk, 1987:17). Como bem mostra J. Dittmann (1979), quando J. L. Austin (1962) classificou os diversos atos de fala ponderou que alguns deles seriam institucionais. Certos atos como batizar, casar, decretar, condenar, inocentar, prender, legislar, são específicos de uma dada Instituição e outros são institucionais mas não específicos de uma instituição, tais como proibir, permitir, conferir, ensinar, explicar, etc. O importante, porém, é que nem sempre as normas que regem as atividades verbais na interação com membros de instituições são explicitadas. Elas podem permanecer mascaradas (cf. J.A. Thomas, 1985:776), vindo a tona apenas no caso de serem violadas, como no momento em que um aluno agride verbalmente o professor ou tenta mudar suas propostas temáticas. Neste momento o participante mais forte se impõe de forma explícita e faz valer sua posição oficial com expedientes metapragmáticos.

3. Noção de controle

O controle pode ser exercido, na interação interpessoal, direta e explicitamente em atos discursivos tais como dar ordens, inquirir, proibir, etc. Mas indiretamente em atos como definir e decidir o que pode ser tomado como tratável, deter por mais

tempo os turnos, ter a prerrogativa de iniciar ou concluir tópicos, regular o estilo, etc. O poder pessoal aumenta com o acúmulo das possibilidades de controle.

Os membros mais fortes na interação têm, pois, a possibilidade de exercer controle em vários níveis, tais como:

- selecionar preferencialmente os falantes;
- introduzir, incentivar ou retirar tópicos discursivos
- iniciar e concluir os eventos
- coordenar as alocações dos turnos, sua extensão etc.
- produzir preferencialmente determinados tipos de atos de fala
- definir as formas de polidez
- definir o estilo, o léxico etc.
- coordenar as sequenciações
- avaliar posições, opiniões situações etc.

e muitos outros aspectos, geralmente ligados a relações de desigualdades ou assimetrias. Com relação à noção de **tópico** sigo aqui a posição de Brown & Yule (1983), que distinguem entre o **tópico sentencial** e o **tópico discursivo**, sendo que me refiro a este último.

O exercício desses controles é uma fonte de poder pragmático e estratégico na medida em que define as condições de adequação discursiva. Se por um lado temos uma correlação entre poder institucional e formas de controle, por outro temos a mesma correlação entre poder pessoal e formas de controle, cuja manifestação pode ser mais sutil mas não menos eficaz. T.A. van Dijk (1987:20) indaga-se sobre uma outra forma de co-variação, ou seja, a que existiria entre **tipos de texto** e **formas de exercer o poder**. Assim, ele levanta a hipótese de que uma tipologia de texto poderia sugerir também uma tipologia de poder.

A escolha do tipo de discurso usualmente se restringe a fatores institucionais ou situacionais independentes do controle direto dos falantes (cf. van Dijk, 1987:26). Contudo, um dos falantes, geralmente o mais forte naquele evento, pode suspender temporariamente os negócios formais em andamento e introduzir um novo tipo de texto estranho ao momento. Este é o caso de um professor que durante uma aula pode parar e contar uma piada ou

discutir um tema de política ou algo semelhante, ou um presidente de sessão que resolve introduzir ingredientes novos na reunião, estranhos ao que está em andamento. É evidente que cabe também a esse membro o retorno ao tópico anterior ou ao tipo de texto adequado àquela situação. Essa troca e seleção de gêneros discursivos restringe-se, evidentemente, ao membro mais forte e com mais poder. É perfeitamente possível no entanto que ocorra um aparte do tipo "questão de ordem", quando um dos presentes resolve investir num das regras formais e pedir o retorno ao tópico. Esse procedimento só se dá eficaz e bem-formadamente quando o "descaminho" do tópico não ocorreu por decisão do membro mais forte ou à sua revelia.

Assim, em não havendo possibilidade de escolha do tipo, pode haver uma escolha na forma de conduzir o tipo. Quanto a isso vale salientar que a **situação** em que se desenvolve um dado evento ou **episódio social** (cf. S Levinson, 1979) não é um dado a **priori**, mas um **constructo interpessoal** (cf. M. Cody/ M. McLaughlin, 1985). A situação é, pois, um conjunto de comportamentos que tem o efeito de agir tanto **sobre** como **a partir** do que está ocorrendo, isto é, a propriedade de ser **indexical** e **reflexivo**.

Como se observa, há dois aspectos envolvidos nessa correlação entre tipo de texto e tipo de poder:

(a) um tipo de texto tem em si certas formas de organização estrutural internas que lhe são dadas pela natureza do evento. Tais são as diferenças entre uma interação no Tribunal do Juri, numa sala de aula, numa reunião da presidência da empresa, no encontro entre médico-paciente, na relação entre patrão-empregado, etc. Todos estes tipos evidenciam formas de poder, mas diferenciam-se quanto à rigidez, normatividade, etc.

(b) um tipo de texto pode realizar-se de modo oportunístico com variações que permitam maior entrosamento, mais distensão, facilitação do fluxo das relações interpessoais. Neste caso as decisões do membro mais forte podem ser tomadas até mesmo em função da melhor condução daquele tipo como tal (como mecanismo de negociação).

Em (b) temos formas de condução que dizem respeito ao **estilo** que define o **controle local** das ações e das decisões. Podem-se romper certos tabus, como introduzir elementos lexicais não condizentes com o processo normal de condução do evento, permitir maior informalidade, variar nas formas de endereçamento, variar nas formas gramaticais etc.

4. Tipo de atividade e manifestação de poder

Ao analisar a noção de **tipo de atividade** S. Levinson (1979:369) propõe uma distinção entre a **estrutura** do evento em questão e o **estilo** no qual ele é conduzido. A estrutura inclui uma série de sub-partes ou episódios com certas sequências pré-estruturadas que funcionam como convenções ou normas. Assim é o caso de um seminário num curso de Pós-graduação cuja primeira parte é uma apresentação e em seguida se tem uma discussão; assim é o caso de uma conversação telefônica com seu início, uma abertura ritual, seu desenvolvimento e um fechamento novamente ritual; mais complexo é por exemplo um Julgamento num Tribunal do Juri. Todos eles têm suas condições de desenvolvimento e organização interna, racionalmente montados com vista aos objetivos pretendidos.

A questão central para Levinson (1979:370) é: "**de que maneiras as propriedades estruturais duma atividade condicionam (especialmente as funções das) as contribuições verbais que nela podem ser feitas?**" Levinson (1979:371) observa que para cada tipo de atividade há um conjunto de **esquemas inferenciais** correspondente. Em outros termos, isto aponta para o fato de que uma série de ações por exemplo, a **Pergunta-Resposta**, terá em cada tipo de atividade discursiva uma tendência preferencial para uma forma de funcionar. Assim, no caso da relação médico-paciente, as várias perguntas do médico têm como objetivo checar as informações para chegar ao diagnóstico da doença; as perguntas no caso do Tribunal do Juri servem para construir o argumento na medida em que arrancam do acusado os dados imprescindíveis: na escola trata-se de exercitar um conhecimento, sendo que ali as P-R são um procedimento didático.

Neste sentido, os tipos de atividade condicionam o que pode ser tomado como contribuição admissível para a atividade e como tal determinam como será tomado o que alguém diz (cf. Levinson, 1979:393). Funcionam, pois, como orientadores dos processos inferenciais. Esta posição indica que cada tipo de atividade tem formas de se organizar que permite uma orientação de inida tanto na sua estruturação interna (formal) como na sua estruturação mais ampla (cognitiva). Imagino que o perigo nisto tudo é supor que os tipos de atividade possam funcionar à margem de seus usuários, ou seja, que possam funcionar como tipos ideais, ou arquétipos à moda de uma super-estrutura.

Não obstante isso, é evidente que a perspectiva colocada é relevante quando se observa que os tipos de atividade submetem os indivíduos a certas condições prévias. O não-domínio dessas condições pode resultar em insucesso. Por outro lado, quem tem um determinado papel pode usar ou abusar da prerrogativa que aquele tipo de atividade lhe concede, orientando a própria tendência das propostas de sentido (esquemas inferenciais) em proveito próprio. Em outros termos, ali reside uma fonte de manipulação.

Observe-se no entanto que todas essas reflexões a respeito das relações de poder no interior de tipos discursivos não deve levar à conclusão de que o tipo funciona como uma super-estrutura. Pois um dos postulados centrais da AC é de que quem rege este espetáculo da interação interpessoal é o princípio do raciocínio prático.

5. Um caso de submissão na entrevista assimétrica

Numa análise muito simples com um texto de uma entrevista feita no Recife em 1978, no âmbito de um projeto sobre a Linguagem da Empregada Doméstica (de onde veio o texto citado em (1)), tentei verificar em que medida se portava a entrevistada na relação com sua entrevistadora apenas na relação de engate da resposta à pergunta. A entrevistadora, uma universitária pos-graduanda, entrevistou uma empregada doméstica analfabeta com um questionário padronizado, mas que dava margem

a uma série de perguntas *ad hoc*. A entrevista durou 35 minutos e constou de 92 perguntas.

Para a análise estabeleci um pequeno aparato que se baseava apenas no processo de repetição. Verifiquei as formas de repetição que a resposta evidenciava em relação à pergunta feita. Para tanto estabeleci 9 tipos de formas:

- (1) repetição do verbo/substativo no início da resposta
- (2) repetição da pergunta antes de iniciar a resposta
- (3) repetição integral da pergunta como parte inicial da resposta
- (4) repetição com reformulação da pergunta
- (5) repetição intermitente da pergunta durante a resposta
- (6) repetição com transformações morfossintáticas
- (7) repetições parafrásticas
- (8) resposta sem repetição de elementos da pergunta
- (9) respostas tangenciais

Como se observa, as formas (8) e (9) não incluem repetições. A hipótese era que as respostas iniciadas nas formas (1) a (5) representariam a maioria para as entrevistas em condições assimétricas tal como se verificava no caso aqui analisado. É evidente que eu supunha como tese mais ampla que nas perguntas e respostas se dá um momento propício para hetero-repetições mais frequentes que em outros casos de troca de turno. O resultado foi o seguinte:

<u>Tipo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
1	26	28.5
2	3	3.5
3	15	16.5
4	17	18.5
5	7	7.8
6	1	1.
7	9	9.8
8	13	14.4
9	0	0.

Como se depreende desse resultado, as primeiras cinco formas representam precisamente 74,8% do total. É evidente que no caso

de 1 temos uma forma muito comum na língua portuguesa para respostas em geral. Veja -se o formato prototípico:

(2) E: você gosta de criança

S: gosto sim senhora

(3) E: como é a feijoada

S: bom (.) a feijoada (.) nós compramos o mocotó/.../

Na forma 2 temos uma incidência bem menor e um exemplo mostra como se dá este tipo:

(4) E: que é que você acha do amor Severina

S: que é que eu acho do amor (.) eu acho o amor

muito bacana acho muito bom

Na forma 3 a incidência foi muito alta e isto indica uma enorme consideração para com a entrevistadora (mas poderia ser também uma evidência de planejamento verbal/cognitivo - pausa preenchida -, ou uma mostra de cooperação):

(5) E: e qual foi o maior problema que você teve

com o seu marido

S: bom (.) o maior problema que eu tive com o meu

marido (.) foi uma discussão /.../

Na forma 4 houve uma incidência surpreendentemente alta com o esquema prototípico seguinte:

(6) E: mas você não explicava porque não sabia

ou porque não queria

S: porque nem sabia e mesmo não queria explicá pra

ninguém (.) queria ficá só pra mim

Na forma 5 foram poucos os casos já que os turnos mais longos constaram sobretudo de narrativas pessoais, mas assim mesmo ocorreram sequências como esta:

(7) E: você acha que a empregada tem direito (.) a (.)

todos os lugares da casa

S: bom (.) eu acho que a empregada deve tê direito

porque ela se ela veve dentro de casa arrumá fazê,

todo serviço eu acho que ela tem direito de tá em

todos os lugar (.) realmente aqui eu tenho o

direito de tá em todos os lugares que eu quisé

Na forma 6 ocorreu apenas o caso seguinte:

(8) E: o que é que você conversa com suas amigas

S: nossa conversa é sobre /.../

Na forma 7 deram-se mais casos e este tipo é muito importante por representar de algum modo um recurso lingüístico variado. Veja um exemplo típico:

(9) E: se você tivesse que ensiná uma pessoa a
saí daqui para para o Bom Preço (.) como
é que você ensinava

S: bom (.) se ele me perguntasse (.) S. por favor
onde fica o Bom Preço (.) eu poderia ensinar (.)
você siga essa Rua em frente /.../

Na forma 8 que, representa a resposta sem repetição, a incidência foi de certa maneira alta e teve o seguinte esquema:

(10) E: que é que você faz aqui

S: eu cozinho e arrumo

Finalmente, na forma 9 não houve um só caso sequer. Isto é um resultado à primeira vista surpreendente, pois significa que a empregada não deixou de responder a nenhuma das questões que lhe foram postas. Por um lado, trata-se, evidentemente, de uma enorme consideração para com a pesquisadora. Por outro, pode significar uma submissão da entrevistada devida à sua própria condição da de empregada (consciência social). Por fim, pode significar uma imposição das normas de cooperação estrita e neste caso teríamos a pressão típica advinda da natureza do evento comunicativo (entrevista).

Uma análise sumária deste resultado evidencia que em entrevistas assimétricas, como a maioria das que os lingüistas costumam fazer em suas investigações sociolingüísticas, dá-se uma espécie de reflexo de poder. Normalmente, as empregadas, pelas observações que tenho feito, não seguem este modelo nas sequências P-R em suas interações interpessoais espontâneas com as demais empregadas.

Por outro lado, se tomarmos entrevistas de natureza mais simétrica, tais como as coletadas pelos pesquisadores do Projeto NURC, veremos que a distribuição das percentagens, usando os critérios acima expostos de (1) - (9), não é a mesma que no ca-

so da empregada doméstica aqui analisada. Como exemplo, cito apenas o resultado de uma única análise com a entrevista registrada pelo Projeto NURC/SP que se encontra em A. de Castilho/D. Preti (1987:100-135). Ali foram feitas 27 perguntas pelos entrevistadores, sendo que todas as respostas dos dois entrevistados (que em princípio deveriam dialogar entre si) resultaram muito longas, formais e mesmo pernósticas, o que não é representativo para o **corpus** do Projeto NURC. As formas de (1) a (6) somaram 35% das ocorrências no conjunto. Na forma 7, em que são dadas respostas parafrásticas (paráfrase da pergunta no início da resposta), deram-se 36 % das ocorrências. O curioso é que na forma 9 onde era prevista a possibilidade de respostas não-responsivas verificaram-se 21 % das ocorrências. Contudo, mesmo para os materiais do Projeto NURC, o normal é uma frequência mais alta nos primeiros cinco tipos (cerca de 50-60%) com predomínio para formas sem repetição integral. Já no caso das entrevistas com as domésticas (que foram em número de 60) a tendência é precisamente a revelada no caso acima.

Estes resultados podem sugerir que o **tipo de evento** não tem uma força intrínseca tão grande como se supunha no início. Contudo, é necessário mais cautela, pois a dominação tem várias formas de se dar dentro do tipo de evento como tal. A subversão do tipo (como se viu acima) pode ser uma fonte de poder.

Retomando a posição de S Levinson (1979) podemos dizer que de fato o tipo de atividade **entrevista com finalidade para pesquisa** pode ter duas formas de ser encarada em termos de esquema inferencial de suas perguntas:

(a) responder tudo, se possível com palavras que revelem inclusive um engate muito coeso com repetições evidentes;

(b) responder sem repetir ou se possível nem responder ou apresentar alguma observação tangencial, periférica ou desviante.

Tudo dependerá das relações entre os personagens em questão: quanto mais assimétrica a relação, tanto mais se favorecerá a perspectiva (a). Neste sentido parece-me que o material do Projeto NURC revela um grande equilíbrio em termos de simetrias

básicas entre os falantes. A hipótese geral aqui sugerida fica para ser verificada, mas é de interesse para os lingüistas a fim de que reflitam sobre seus próprios dados e as conclusões que deles extraem, inclusive o autor desta análise.

* Versão revista do texto apresentado no Simpósio **linguagem e Discriminação Social**, na **40ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC**, julho de 1988, São Paulo. (Quero agradecer aqui os valiosos comentários críticos que recebi do "Grupo das Terças", do Projeto NURC/SP, liderado por D. Preti, que procurei levar em conta nesta revisão da versão original.)

Fontes de referência

- AUSTIN, John L. (1962), **How to do things with words**. New York, Oxford University Press.
- BROWN, G./ G. YULE (1983), **Discourse Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press.
- CASTILHO, Ataliba T. de/Dino PRETI, eds.(1987) **A Linguagem Culta na Cidade de São Paulo. Vol.II: Diálogos entre dois informantes**. São Paulo, T.A. Queiroz/ FAPESP.
- CODY, Michael J./ Margareth L. McLAUGHLIN (1985), The Situation as a Construct in Interpersonal Communication Research. In: M. KNAPP / G. MILLER (eds.), **Handbook of Interpersonal Kommunikation**. Beverly Hills, Sage. 263-312.
- DIJK, Teun A. van (1987), Discourse and Power. Mimeo, to appear in: **Communication Yearbook 12** (1988). (texto com 81 pp.)
- DITTMANN, Jürgen (1979), Institution und sprachliches Handeln. In: J. DITTMANN (ed.), **Arbeiten zur Konversationsanalyse**. Tübingen, Niemeyer. 198-234.
- FAIRCLOUGH, Norman L. (1985), Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis, **Journal of Pragmatics 9**, 739-763.
- FOWLER, Roger (1985) Power. In: T.A. van DIJK (ed.), **Handbook of Discourse Analysis. Vol.4: Discourse Analysis in Society**. London, Academic Press. 61-81.

- FOWLER, Roger/ Bob HODGE/ Gunther KRESS/ Tony TREW ,eds.(1979),
Language and Control. London, Routledge & Kegan Paul.
- GRICE, H.P. (1975), Logic and Conversation. In: P. COLE/ J.MORGAN
 (eds.) **Syntax and Semantics. Vol.3: Speech Acts**. New
 York, Academic Press. 41-58.
- GUMPERZ, John J./ Deborah TANNEN (1979), Individual and Social
 Differences in Language Uses. In: C. FILLMORE/ D. Kempler
 e W. S.-Y WANG (eds.), **Individual Differences in Language
 Ability and Language Behavior**. New York, Academic Press.
 305-325.
- GUMPERZ, John J./ COOK-GUMPERZ, Jenny (1982), Introduction:
 language and the communication of social identity. In: J.
 J. GUMPERZ (ed.), **Language and Social Identity**.
 Cambridge, Cambridge University Press. 1-21.
- KRESS, Gunther / Roger FOWLER (1979), Interviews. In: R. FOWLER et
 al.(eds.), 1979. 63-80.
- LABOV, william /T. LABOV (1986), Public Discourse and the Problem
 of Social Order. in: T. ENSINK/ A.vanESSEN/ T. van der
 GEEST (eds.), **Discourse Analysis and Public Life**.
 Dordrecht, Foris. 225-243.
- LEVINSON, Stephen C. (1979), Activity Types and language,
Linguistics 17, 365-399.
- PENMAN, Robyn (1987), Discourse in Courts: Cooperation, Coercion,
 and Coherence, **Discourse Processes** 10 (3) 201-218.
- SACKS, Harvey/ Emanuel SCHEGLOFF/ Gail JEFFERSON (1974), A
 Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking
 for Conversation **Language** 50, 696-735.
- THOMAS, Jenny A. (1985), The Language of Power: Towards a Dynamic
 Pragmatics, **Journal of Pragmatics** 9, 765-783.

PADRÕES ENTOACIONAIS, COMPREENSÃO E LEITURA DE TEXTO *

MARÍGIA VIANA

A estreita relação entre os níveis segmentais, suprasegmental e contexto social tem constituído uma preocupação constante no estudo da produção da fala.

A leitura, a exemplo da fala, estrutura-se a partir de uma série de esquemas (frames) e relações cuja organização ocorre aos níveis segmental, suprasegmental e interacional (contexto social). Embora os dois primeiros tenham sido bastante explorados, a relação entre estes e o interacional tem sido pouco investigada. As intenções do falante (nível interacional) e os diferentes padrões entoacionais presentes na leitura, por exemplo, podem constituir um manancial de informações às quais o ouvinte nem sempre está atento, podendo ocorrer uma má compreensão do texto ou mesmo perda da informação veiculada. Trabalhos recentes (Montgomery 1979; Halliday 1975; Furrow 1984) têm investigado a relação entre, por exemplo, entoação e contexto social, e resultados obtidos através de análises espectrográficas vêm comprovar a importância de uma investigação daquela relação no processo de leitura e sua compreensão.

Na leitura, assim como na fala, as estruturas ao nível segmental são marcadas pelos aspectos suprasegmentais de tonicidade e entoação, duração e amplitude, todos mantendo entre si uma íntima relação. Além da dependência entre esses dois níveis - o segmental e o suprasegmental - pesquisas com adultos e crianças (Montgomery 1979; Halliday 1975; Furrow 1984) têm demonstrado uma relação estreita entre entoação e contexto social. A intenção do falante, identificada no processo de interação (função social da linguagem) aparece diretamente vinculada aos traços entoacionais contrastivos. A Fonética Instrumental tem fornecido subsídios para a verificação de tal afirmativa. As informações

obtidas através de espectrogramas sugerem que a diferentes padrões entoacionais correspondem diferentes intenções do falante.

David Furrow (1984) constatou que crianças de dois anos de idade apresentam diferentes comportamentos prosódicos dependendo do contexto em que se dá a comunicação oral.

O estudo de Montgomery (1979) sobre o uso da entoação em crianças também sugere que ao uso da entoação ascendente a criança associa um significado social que se sobrepõe ao significado funcional da língua. O uso da entoação ascendente está diretamente relacionado à função pragmática da interação social (expectativa de respostas a perguntas formuladas no processo de interação social) ainda nos primórdios do processo interacional da linguagem. Uma explicação para tal pode ser o fato de que na comunicação com a criança o adulto faz uso dos aspectos prosódicos acima referidos para distinguir as diferentes funções sociais de interação nos enunciados, levando a crer que ao se fazer uso de diferentes padrões de entoação estimula-se o desenvolvimento de modulações prosódicas na aquisição da linguagem.

Na verdade, a questão da entoação, tonicidade, duração e amplitude para a captação da intenção do falante possui papel preponderante na compreensão da mensagem. Para O'Connor e Arnold (1959) a entoação expressa a atitude do falante face à situação em que se encontra, numa escala superior à própria estrutura do enunciado em termos de palavras e sua organização dentro do discurso. Enquanto o princípio possa parecer válido, a dificuldade está em estabelecer os diferentes níveis de tonicidade e entoação e sua relação com a atitude do falante. Halliday (1967) distingue cinco tons (linhas melódicas) associados aos movimentos tonais (pitch movements). Esses tons estão vinculados à oposição entre polaridades:

"Se a polaridade é assertativa, a intensidade da tônica cai; se não-assertativa, sobe. Assim, tom 1 constitui uma asserção ou uma pergunta que não envolve polaridade; o tom 4, que cai e em seguida sobe, constitui uma asserção que envolve ou implica alguma pergunta. O tom 2 constitui uma pergunta... e o tom 5, que sobe e em

seguida cai, constitui uma pergunta não mais importante, combatida por uma asserção. O tom 3 evita uma decisão: como numa asserção é, na melhor das hipóteses, eventual ou imaterial"

(Halliday op. cit.:7).

Com isso entende-se que o falante pode ter diferentes graus de envolvimento com seu interlocutor (Coulthard, 1977). Os diferentes graus podem relacionar-se com intenções marcadamente distintas no falante e, ainda, com diferentes graus de conhecimento partilhado ou envolvimento pessoal de ambas as partes.

Brazil (1975) oferece dois exemplos em que diferentes graus de entoação podem sugerir diferentes padrões: o uso de 'do you know' (você sabe) e de 'I mean to say' (quero dizer). Para o primeiro, o padrão descrito seria como uma ocorrência inicial de um tom descendente seguido por um tom ascendente. No segundo caso, apenas um tom descendente. Com isso, teríamos já dois padrões, sugerindo um maior ou menor partilhamento de um conhecimento prévio (shared knowledge). Em 'you know' o tom descendente/ascendente está vinculado a uma intenção do falante em manifestar um conhecimento prévio entre as duas partes (falante/interlocutor). Em 'I mean to say' o padrão entoacional muda, mudando também a atitude do falante com relação ao seu interlocutor, pressupondo-se aqui o não-partilhamento de uma informação prévia. Para o primeiro caso, Brazil usa o termo 'referring' e o associa ao padrão entoacional descendente/ascendente. O termo empregado para o segundo caso é 'proclaiming' e está associado ao padrão descendente. Esses dois padrões assemelham-se aos tons 4 e 1 de Halliday. Brazil estabelece ainda graus de intensidade que podem ser atribuídos aos dois tons já estabelecidos (referring e proclaiming), indicando graus de envolvimento por parte do interlocutor (cf. Coulthard, 1977). Com isso, a classificação de Brazil aproxima aquela de Halliday do tom 5.

Podemos resumir a classificação de Halliday e a de Brazil em duas dimensões- refer/proclaim e involved/uninvolved- em que o significado estará sempre relacionado a um maior ou menor grau de envolvimento dos interlocutores, envolvimento esse que, por

sua vez, pressupõe um maior ou menor grau de partilhamento de um conhecimento prévio.

Na escolha do tom, o falante dispõe de três níveis: alto, médio e baixo. O médio consiste em, por assim dizer, a linha básica, ponto de referência para a classificação dos outros dois: alto e baixo. A distância entre esses três níveis é percorrida por uma série de gradações (cf. Brazil op. cit). A distância máxima acima do ponto médio está associada uma função contrastiva, mais evidente quando o contraste se dá ao nível do sistema como, por exemplo, o contraste lexical, sem uma relação necessária entre itens dentro e itens fora do sistema (cf. Coulthard, op.cit).

O nível baixo (distância máxima abaixo do ponto neutro) pressupõe uma relação de equivalência entre itens num contexto conversacional. De certa forma, a classificação em níveis acima descrita está relacionada às dimensões de significado previamente discutidas de 'refer/proclaim' e 'involved/uninvolved'. As gradações alto/médio/baixo funcionam como pistas (Key para Labov e Fanshel, 1977) e um tom alto pode sugerir: 'há algo mais a seguir' enquanto o tom baixo implica 'isto foi dito numa situação criada por algo que acabou precisamente agora'.

O uso de diferentes tons (keys)- alto, médio, baixo -pode, dentro do sistema, estar relacionado com diferentes tipos de estruturas (interrogativa, negativa e declarativa). Em cada tipo de estrutura pode-se ainda descrever uma série de padrões, cada um dos quais corresponderá a diferentes intenções do falante. No entanto, mesmo considerando diferentes padrões dentro de cada estrutura torna-se difícil - quando não, impossível- prever-se uma descrição de todos os padrões entoacionais de que o falante faz uso na língua para exprimir diferentes intenções. Para Labov e Fanshel (1977) é praticamente impossível prever-se um número de interpretações de pistas (keys) prosódicas que sejam livres do contexto.

Esses dados ressaltam o papel que os padrões entoacionais exercem na compreensão de um texto, seja ele oral ou escrito. Como se dá a compreensão e qual o processo nela envolvido são questões ainda não muito claras, muito embora haja um consenso no

que diz respeito à colocação mais simples sobre o processo de compreensão:

compreender um enunciado (texto oral ou escrito) = aprender o seu significado

Tomando como ponto de partida a equivalência acima estabelecida, seríamos levados a concluir que a compreensão poderia ser o resultado de uma atividade descontextualizada onde o conhecimento prévio e o envolvimento do emissor/receptor com fatores presentes ou ausentes na mensagem seriam fatores marginais e de somenos importância, prescindindo, inclusive, de maiores questionamentos.

É fato que no momento em que o indivíduo se coloca na situação de receptor, algo mais que uma simples reação de natureza exclusivamente lingüística ocorre. No contexto social da comunicação, a interação pressupõe uma série de atividades e processos dos quais os interlocutores dificilmente tomam consciência. A compreensão, fator decisivo na comunicação, consiste, em última instância, no resultado de um processo interacional. A interação lingüística pressupõe um conhecimento lingüístico (funções e relações inerentes ao sistema) e um partilhamento do 'horizonte' (para usar um termo já conhecido na análise da Conversação) por parte dos interactantes. O receptor tende a estabelecer relações não apenas ao nível puramente do sistema mas também em função do contexto (em sua aplicação mais ampla) extralingüístico. Esse contexto auxiliado pelas relações lingüísticas é que lhe permite fazer inferências a partir do que é vinculado num dado enunciado. O comportamento daí resultante tende a modificar as ações dos interactantes em relação a algo já conhecido ou representado e o que seria acrescentado ao já conhecido (Wells, 1981). As informações veiculadas somadas ao conhecimento prévio (lingüístico e de mundo) proporcionam uma reintegração do conhecimento 'anterior' ao novo.

Mas, considerar apenas o enunciado e sua relação com o contexto ainda não é suficiente para se ter as bases para as discussões em torno do processo de compreensão. Subjacente àquela relação, existem processos de outra ordem, ao nível da cognição, dos

quais temos pouco conhecimento mas que, sabemos, exercem um papel fundamental na compreensão. Marcuschi (1987) ao tratar a relação texto/contexto, chama a atenção para a 'contextualização cognitiva' vista como "dependente da própria organização dos conhecimentos e experiências pessoais" (op.cit.:8) e coloca como condições para a compreensão de texto a base textual (sistema lingüístico), o conhecimento relevante partilhado, a coerência do próprio texto, a cooperação mútua (recepção e produção), a abertura textual (possibilidades interpretativas dentro de alternativas mutuamente aceitáveis), a base contextual (presença de contextos suficientes situados num tempo e espaço definidos tanto para a produção como para a recepção) e, finalmente, a determinação tipológica (tipo de texto).

A partir dessa colocação já podemos pensar na compreensão como um processo que envolve algo mais que a simples equivalência considerada no início deste trabalho.

Indo mais profundamente ao âmago da questão, haveremos de pensar em outro fator que apesar de presente em toda interação lingüística, nem sempre está explícito: a intenção do emissor. O receptor tende a 'captar' a intenção do falante/autor a partir das informações veiculadas pelo sistema (base textual, em Marcuschi) associadas ao contexto e às 'propostas' de modificação intencionadas pelo emissor (Wells, 1976). Levando em consideração esses aspectos Wells define a compreensão como "resultado de um processo interacional entre as pistas (cues) fornecidas pela produção do emissor e o conhecimento que o receptor dispõe para interpretar essas pistas" (op.cit.:119). As pistas fornecidas pelo emissor são interpretadas pelo receptor com base no conhecimento 'anterior' partilhado por ambos. Uma falha no processo acarreta uma interpretação errônea da mensagem e, conseqüentemente, uma falha em todo o processo de compreensão.

Tanto na emissão quanto na recepção da mensagem (fornecimento e identificação das pistas dentro da colocação de Wells) há ainda um outro fator a se considerar: a criatividade. Tanto o emissor quanto o receptor são criativos no ato de produzir e receber uma mensagem. Marcuschi (1988) coloca a criatividade como um

dos aspectos essenciais a serem considerados no estudo do processo da compreensão, alertando, inclusive, para o fato de que se deveria desenvolver, "maior respeito pela criatividade do aluno sem submetê-lo compulsoriamente a respostas sempre estanques" (op.cit.: 2) em situações de sala de aula. Para esse autor, falar e escrever são ações igualmente produtivas e criativas. A criatividade, juntamente com os outros aspectos acima considerados, fazem da compreensão um processo em que várias atividades interativas cognitivas ocorrem .

Podemos, então, falar em compreensão como:

- a) processo de aprender o significado de um enunciado como algo além da simples apreensão do significado literal das palavras .
- b) a atividade de solucionar problemas a partir da reintegração das informações novas às prévias.
- c) mais que situar um texto em seu contexto de ocorrência.
- d) uma contextualização cognitiva (organização dos conhecimentos e experiências pessoais).
- e) ato criativo.

Em síntese, três fatores são básicos no estudo da compreensão: o fator lingüístico, os fatores cognitivos e o fator interacional, todos, evidentemente, interligados. Subjacente a esses três existe um outro que, possivelmente, dada a sua relação direta com aqueles, não foi mencionado: o fator neurofisiológico. Este mantém uma vinculação mais direta com o lingüístico (organização e produção da fala). Não nos deteremos em considerações sobre esse fator por achar que, de certa forma, ele é parte integrante dos outros.

As colocações feitas até agora visam esclarecer nossa posição para então se pensar em estabelecer critérios de elaboração de um teste que torne possível investigar o grau de compreensão de um dado enunciado (texto oral ou escrito).

Algumas considerações devem ser feitas acerca de dois processos normalmente associados à compreensão: memória e inferência. Embora esses processos possam fornecer 'pistas' para o estabelecimento dos graus de compreensão de um dado enunciado, prefe

rimos colocá-los à parte da discussão sobre compreensão e alertar para o perigo em se tomar um dos dois, ou ambos, como fatores determinantes, não negando, no entanto, o papel que ambos possam exercer no processo da compreensão

É evidente que a memória exerce um papel fundamental na compreensão (estabelecimento de relações com fatos presentes e/ou ausentes na mensagem). No entanto, também é sabido que numa situação de teste de compreensão em que se busque dados a partir da reprodução de um texto, é possível que o ouvinte reproduza todo o enunciado, ou parte dele, sem todavia, dar evidências de ter compreendido o enunciado caso lhe seja solicitada uma paráfrase daquele enunciado. Esse tipo de memória mecânica (apoiada em dados da memória recente) é discutido em Carrol (1972) ao citar o trabalho de Marks and Jack (1953) sobre os modelos de sentenças oferecidas ao ouvinte como uma estrutura que se aproximava daquela língua inglesa mas não descrita como tal. O ouvinte (não familiarizado com o novo sistema) seria capaz de reproduzir pelo menos parte da sentença imediatamente após a apresentação do modelo. Sem evidências (o que obviamente seria difícil) de ter compreendido o enunciado. Sabe-se que este tipo de ocorrência é bastante comum no ensino de língua estrangeira. A colocação de Carrol é que embora a compreensão possa contribuir para a retenção de estruturas na memória ela não ocorre necessariamente.

Marcuschi (1985) defende a posição de que existem processos mais globais que não consideram a frase como unidade básica, sendo o processamento mais "mais semântico que sintático". Para esse autor, na realidade, a memória temática ou proposicional é mais eficiente e mais utilizada pelo - falante - ouvinte e estaria num nível superior ao das palavras ou frases. Se atentarmos para o fato de que textos apresentados num tempo passado relativamente longínquo podem ser retomados (memória de longa duração) com base apenas no tema e nunca em sua reprodução sintática, a colocação de Marcuschi parece bastante coerente. Na realidade, é o significado e não a forma sintática que é preservada na memória. Esta parece ser também a posição de Carroll que afirma que a memória para as estruturas sintáticas e unidades lexica

is específicas tende a desaparecer mais rapidamente do que a memória para o significado de um determinado texto. É esse significado que vai orientar a organização das novas informações e estabelecer a reintegração do conhecimento 'novo' ao 'anterior, resultando numa relação da informação com um contexto mais amplo.

Embora a memorização tenha um papel importante na compreensão não podemos esquecer que são processos diferentes e que se vamos testar uma devemos cuidar para não enveredarmos pelos caminhos da outra .

Além da memória, um outro processo normalmente associado à compreensão é a inferência. Da mesma forma que alguns testes de compreensão podem ser tendenciosos pela maior ou menor ênfase dada às questões que impliquem dados de memória, testes que utilizem inferências para investigar o processo de compreensão poderão ser igualmente tendenciosos. Se considerarmos a compreensão, a memória e a inferência como processos distintos (embora obviamente relacionados) haveremos de distinguir também as formas de estudar cada um separadamente. Vistas como processos, a melhor maneira seria pois investigar e identificar os estágios por que passam as operações mentais que organizam as informações linguísticas. Trabasso (1972) chama a atenção para duas operações principais: a codificação da informação em representações internas e a comparação dessas representações. Para ele "a compreensão se dá quando as representações internas se combinam" e "a resposta explícita" ("Verdadeira") é o resultado final do ato de compreender (Trabasso, op.cit: 114). Entre esses dois momentos ocorre uma série de outros estágios, os quais a Psicologia experimental vem investigando há cerca de um século. A complexidade desse estudo é tal que até o momento não se tem informações precisas e definitivas sobre o que realmente se passa durante o processo da compreensão, e até que ponto é possível realmente separar os três processos, compreensão, memória e inferência, tendo em vista o acesso aos dados, sempre de maneira indireta.

Marcuschi (1985) coloca a inferência como um meio para se chegar à compreensão a qual define como "operação mental que permite ao leitor construir novas proposições a partir de outras já dadas (op.cit: 20).

A partir do significado literal do enunciado (ou do que vai na estrutura de superfície) o leitor/ouvinte é capaz de 'perceber' as intenções do autor (ou do que subjaz à estrutura de superfície e que não está implícito no enunciado).

A criança desde cedo é levada a fazer uso de inferências para se adaptar ao contexto social em que se encontra, e logo 'aprende' a 'captar' as intenções do seu emissor. Ela identifica uma ordem pela intenção subjacente ao enunciado. Ao escutar algo como 'seu prato ainda está cheio' é mais provável que ela tome como uma advertência para comer mais do que como uma informação ou como um comentário elogioso. Para Wells (1981:118) "as crianças, em particular, devem aprender a prestar atenção tanto à mensagem implícita (covert) quanto à explícita (overt) transmitida no enunciado do adulto, se quiserem ter sucesso socialmente como entendedores (comprehenders)". Como a intenção do emissor está subjacente ao enunciado, o receptor tende a fazer inferências a partir do contexto imediato do conhecimento prévio partilhado. E a criança toma consciência desse processo logo cedo.

* Este trabalho é parte do projeto "Padrões Entoacionais na Leitura de texto" financiado pelo CNPq, processo nº 307219/88-7

FONTES DE REFERÊNCIA

- BRAZIL, DC. 1975. Discourse Intonation. Discourse Analysis. Monographs. University of Birmingham: ELR.
- COULTHARD, R.M. 1977/1985. An Introduction to Discourse Analysis. London, Longman.
- FURROW, D. 1984. Young Children's Use of Prosody, Journal of Child Language, 11: 203-213.
- HALLIDAY, M.A.K. 1967. Intonation and Grammar in British English. The Hague, Mouton.
- LABOV, W. and FANSHELL, D. 1977. Therapeutic Discourse: Psychoterapy as Conversation. New York, Academic Press.
- MARCUSCHI, L.A. 1988. Leitura e compreensão do Texto Falado e Escrito Como Ato Individual de uma Prática Social. In:

- R. ZILBERMAN & E.T.da SILVA (eds.), Leitura: Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo, Ática, pp. 38-57.
- _____. 1985. O Processo Inferencial na Compreensão de Textos. UFPE (mimeo)
- O'CONNOR, J.R. and G.F. ARNOLD, 1959. Intonation of Colloquial English. London, Longman.
- TRABASSO, Tom. 1972. Mental Operations in Language Comprehension. In: R.O. FREEDLE & J.B. CARROLL (eds.) Language comprehension and Acquisition of Knowledge. New York, John Willey & Sons, pp. 113-137.
- WELLS, 1976. Comprehension: what it means to understand. English in Education. 10: 24-37.
- WELLS, 1981. Learning through Interaction. Cambridge, Cambridge University Press.

LEITURA MULTI-ANGULAR DA PARALITERATURA UMA PROPOSTA

SEBASTIEN JOACHIN

1. Introdução geral

1.1. Objetivo

Nossa proposta é de demonstrar "in concreto" uma afirmação muito comum entre os estudiosos que se debruçam sobre a literatura de massa (R. Barthes (1), M. Sodré, A. V. da Silva (2) e F. Kothe (3), etc.). O romance/a novela popular, dizem eles em substância,   essencial ou congenitamente ideológico ou/e alienante. Não   o lugar apropriado de abrir uma controvérsia sobre esse tru simo, talvez por sua parte também ideológico. Preferimos trabalhar sobre o como dessa asser o. Habitualmente, os especialistas em Teoria Literária se satisfazem de generalidades, de cita es colhidas estrategicamente ou de esquemas maniqueístas do texto de superfície. Achamos melhor fazer a prova das evidências, para além de um estruturalismo mecanista ou de uma sociologia empírica.

1.2. Método

Recentemente, nos Estados Unidos, M. L. Pratt (4), (Pratt 1977; Pratt e Traugott 1980), na Inglaterra, G. N. Leech e M. Short (5) inspirando-se em W. Labov e H. P. Grice conseguiram resultados interessantes por terem aplicado a textos literários do gabarito dos romances de Jane Austen, Georges Dickens, George Elliot, William Faulkner, Ernest Hemingway, Laurence Sterne, Tobias Smolett, Machado de Assis, Albert Camus, etc., as regras de uso da linguagem cotidiana. Sem pretender a nenhuma inova o metodológica, podemos também efetuar uma inversão de nosso modo habitual de apreensão: vamos tentar aproximar de uma maneira plenamente literária, enobrecendo nosso objetivo de estudo, esses textos da "sub-literatura", sem empregar compara es inoportunas ou pr -julgamentos indevidos. Por isso, embora insistindo sobre o processo estruturador, utilizaremos a respeito

deles, cada vez que for necessário, os mesmos recursos que os estudiosos da "alta" literatura convocam nas suas leituras de hoje: o conceito de isotopia, a imagística e a dimensão mítica, um conceito de texto que abarca a noção de produtividade e de intertextualidade, os procedimentos poéticos de polissêmia e de ambivalência, de anagramatização e de convergência estilística, a dialética das estruturas de superfície (fenotexto), a semântica pragmática de Leech (supra).

E como nosso "corpus" (ver 1.3) é constituído de narrativas pertencendo à chamada Literatura/Arte de Representação, o estudo da personagem e dos objetos a ela referidos é aí de primeira relevância. Por isso ficarão aproveitadas explícita ou implicitamente a categoria de motivação (realista), as categorias greimasianas de "eixo semântico" (6), "programa narrativo", "modelo actancial", "sincretismo actorial", "objetos de valor" (7). Achamos essas categorias, mediante certas retificações, particularmente aptas a neutralizar um tipo de discurso crítico um tanto ingênuo, "personalizante", "irrelevante", mas presente até na metalinguagem de prestigiosos estudiosos da Literatura e que apaga a distinção entre pessoa e personagem, e consequentemente entre Vida e Discurso. Precisamos ser mais cautelosos para não cairmos em extrapolações indevidas.

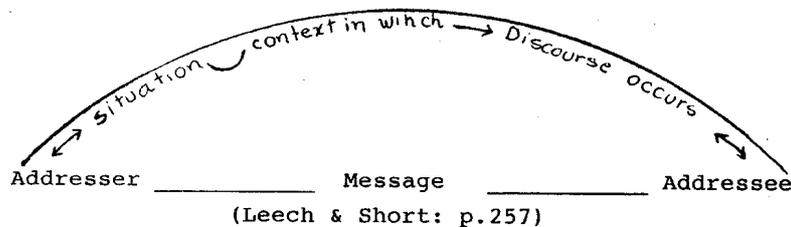
1.3. Nosso "corpus"

À primeira vista, ele parece faltar dessa homogeneidade tão cara aos estruturalistas. Temos, com efeito, na primeira seção de aplicação (parte II) um conjunto de dois seriados de romances de espionagem (Série OSS-117 de Jean e Josette Bruce, série SAS de Gerard de Villiers); mais Robert Sabatier, Jean Lartéguy, Georges Conchon, Jean Chatenet, Jacques Perry, Paul Savatier, Marcel Coudin, Irving Leroy, Louis Danton, Jean Raspail (8). No entanto há vários fatores de homogeneidade:

- a) Todas as obras são narrativas populares;
- b) Todas põem em cena personagens descritivamente definidos pela cor e pela raça;
- c) Todas funcionam no mesmo ambiente climático (calor extremo);

- d. Todas funcionam com o mesmo referente histórico geográfico: França e África pós-colonial. Frederic Dard parece fugir do padrão geográfico apenas ao nível de superfície;
- e. O "corpus" inteiro opera globalmente com a mesma situação de discurso.

Este último ponto merece uma breve consideração geral. Como qualquer discurso, a ficção é um ato de comunicação. Isto é, nela alguém fala para alguém, comunica uma mensagem a alguém, num certo contexto de tempo e de espaço. O que Leech & Short (9) ilustra da seguinte maneira:



Quadro-1

Segundo os dois linguistas britânicos (p.258), a especificidade do discurso literário (no sentido lato do texto "publicado") residiria no fato que há, habitualmente, um só emissor (addresser) para um grande número de receptores (addressees). A nosso ver, a indeterminação e a pluralidade regem os dois polos da comunicação. Uma coletividade "potencial" e "atualizada" (no sentido de Greimas e Bremond) (10) fala para uma outra coletividade potencial e atualizada, pelo intermédio de tal emissor realizado e identificado [o "autor implícito"] e, de tal receptor realizado e identificável (o leitor virtual de E. Orlandi (11)). De uma parte como da outra, a singularidade nunca resta perfeita. Um halo de pluralidade sempre subsiste. Assim, no romance popular (policia, de espionagem) francês, a situação de discurso (com ou sem resposta explícita) seria sumariamente a seguinte, na ótica dos estudiosos Leech & Short, Pratt, E. Orlandi amalgamados:

Mas esse modelo de situação do discurso é falso do ponto de vista da problemática da escritura. O polo do narrador francês e branco, "dramatis personæ" do intelectual de esquerda que geralmente pleiteia em favor dos desfavorecidos e que se expressa num continuum cultural e ideologicamente já saturado, isso é um fato no "córpus" analisado. Um outro fato: o tempo e o espaço do Receptor maciçamente francês, igualmente situado no mesmo continuum. Também está certa a inscrição do africano como foco de uma diversidade de discursos emanados de Outrem: é um discurso branco que, através das personagens, falam e pensam por ele e a respeito dele, mais exatamente da sua representação, excentricamente. Mesmo a versão "americanizada" desse discurso não constitui um descentramento verdadeiro do duplo referente França/África.

O modelo é falso por causa de sua rigidez, de seu pressuposto de uma ideologia, e da forma monológica dessa ideologia. Acontece que o espaço ideológico é multivalente, englobante, mas também virtual nos interstícios do texto. O papel do leitor - que potencialmente pode escapar à prevista situação do discurso - não é apenas o de um receptor de ideologia, mas sim de atualizador de ideologias virtuais ou implícitas. Quando o texto diz, ele pode contra-dizer por inferências, por implicações, como a semântica pragmática que nos ensinaram após Freud (13).

Um dos alvos de nossas análises será necessariamente a ideologia como discurso do outrem, como percepção de outrem e como inscrição. É ao desenrolar do ato de leitura que este discurso se cria. É dentro de uma situação de discurso, aqui ficcional, que um "codificador plurivocal" (termo de Bakhtin) emite sinais equívocos em direção de um decodificador heterogêneo (nós e todos os leitores possíveis). Para atingir nosso objetivo, achamos metodologicamente oportuno lançar mão, no que diz respeito à ficção popular, de todo o contributo recente da Teoria Literária aplicada às grandes obras. Sem uma análise dos micro-elementos e de seu estatuto como signo no arranjo do discurso, a narrativa popular fica desconhecida na sua essenciali-

dade em seus mecanismos reais, como ficariam desconhecidos os grandes romances brasileiros da era da cana-de-açúcar se estivessem reduzidos à dialética maniqueísta de macro-estruturas como: Senhor de Engenho X Escravatura, ou Possuidores X Não possuidores. Precisamos de uma aproximação deselitizada que acaba com a discriminação, entre obras premiadas, catalogadas, acadêmicas, erigidas em clássicos (14) e obras de puro divertimento (mas pré-julgadas nocivas). Nossa tarefa como estudiosos da Literatura é de trabalhar textos, qualquer que seja, com os recursos que levam em conta os micro e macro elementos, e que integram todos os níveis de análise.

1.4. Grandes divisões deste trabalho

A primeira parte apresenta os conceitos básicos que condicionam nossa leitura. Entre eles domina o conceito de isotopia que nós experimentamos sobre a personagem de ficção (2ª parte); efetuaremos um desvio teórico que enriqueça a isotopia, subsistindo nela dois outros conceitos: o de programa narrativa (Greimas) e o de produtividade (Kristeva). Pela fusão desses últimos conceitos criamos o conceito misto de programação textual e, que se desdobra o conceito geral de isotopia no plano narrativa. A programação, como nós a entendemos é de natureza energética. Ela pode ser intencional, ela pode ser "pulsional". Seja qual for, em nosso estudo, particularmente nas leitura de aplicação, a personagem será encarada prioritariamente como isotopia, isto é, uma estruturação morfo-semântica dentro de um processo de interação sintático-pragmática. Ela é um signo correlato (porque nunca ele fica isolado), em vários níveis, sem esquecer de observar que ele é precipitado da memória, dos limbos e dos interstícios do texto em instância de leitura, como dum discurso mais vasto (o social, o sub-liminar) - outras tantas designações concretas do chamado genotexto.

As categorias básicas (isotopia, programação, motivação) serão salientadas, por vezes completadas por observações esparsas, descontínuas, sobre uma amostragem excerta do "corpus".

2. Conceitos básicos utilizados:

"Isotopia da personagem" e "Programação textual"

2.1. Isotopia

A.J. Greimas lançou o conceito de isotopia, há 17 anos através da sua Semântica Estrutural (1966), definindo-a como: "Um conjunto de categorias semânticas que torna possível a leitura uniforme da narrativa tal que ela resulta das leituras parciais dos enunciados depois das resoluções de suas ambiguidades; essas sendo guiadas pela procura da leitura única".

Outros teóricos do texto literário como J.C. Coquet, J.M. Klinkenberg (15), retomaram o conceito. Mas, foi um discípulo de Greimas, Francois Rastier quem, seis anos depois, desenvolveu, particularmente no estudo "Sistématique des Isotopies" (16). Em colaboração com o chamado grupo de Liège, Jean-Marie Klinkenberg aprofundará as idéias de Rastier no começo de um importante livro de aplicação do conceito de isotopia - Rhétorique de la poésie (17), ao passo que J.M. Adam e J.P. Goldenstein, em vários lugares de seu indispensável Linguistique et Discours Littéraire (18), demonstraram pedagogicamente a fecundidade teórica do conceito.

Rastier tinha definido a isotopia como "toda reiteração de qualquer unidade linguística" (19); Klinkenberg explicita esta definição. A de Greimas se limitava a uma exploração semântica; Rastier, Michel Arrivé, Adam e Goldenstein generalizaram o conceito e o estenderam a outros níveis do texto: sintático, prosódico, fonêmico ou grafêmico. A terminologia designando estes níveis varia de um para outro autor.

Klinkenberg pretende completar Rastier por um quadro teórico inspirado em Solomon Marcus e Pius Servien (20) e que da conta do papel da isotopia nos dois maiores tipos de discurso. Previamente, ele divide as isotopias em duas classes: isotopia da expressão e isotopia do conteúdo. Eis o quadro geral de uma teoria do discurso simplificada incluindo o lugar da isotopia:

	discurso poético	discurso científico
isoplasme	+	-
isotaxie	+	-
isosémie	-	+
isologie	-	+

Tableau I, Deux types de discours, in Rhétorique de la poésie.

Quadro-4

"Isoplasme" e "Isotaxie" seriam "a repetição regrada da mesma unidade significante, manifesta ou não, fônica ou graficamente, ou das mesmas estruturas sintáticas (profunda ou de superfície), ao longo de um enunciado" (21).

As isosemias e as isologias não são definidas por Klinkenberg porque sua terminologia parece remeter ao quadro conceitual da retórica geral do grupo de Liège (22).

Dáí, a correspondência terminológica:

metaplasma/isoplasma

metataxa/isotaxia

metasemema/isosemia

metalogismo/isologia

Klinkenberg e seu grupo propõem excelentes leituras tabulárias e lineares da poesia baseadas sobre as isotopias do conteúdo (veja Rhétorique de la poésie). Entretanto, Adam e Goldenstein exploraram o conceito na análise de trechos de descrição, de canção popular, de texto publicitário, de diálogo (23). Michel Corvin o aplicara à semiologia do teatro de maneira implícita (24).

Adam e Goldenstein precisam a definição de Rastier e Klinkenberg, a da isotopia como reiteração/repetição. Para eles reiteração é apenas uma condição da isotopia. Depois de distinguir isotopia denotada e isotopia do contexto e código, eles, preconizam uma leitura que seria a identificação da "heterogeneidade do que parece à primeira vista homogêneo".

"Esta identificação passa pela construção de diferentes feixes isotópicos: isotaxias ou estruturas sintáticas, isografias ou estruturas gráficas, isofonias ou estruturas fônicas,

isosemias ou estruturas sêmicas".

As isoplasmas de Klinkenberg se confundem aqui com a isografia e a isofonia que, conforme Adam e Goldenstein, proporcionam um estudo das anagramas (25).

Aproveitamos esta colocação de Adam e Goldenstein para frisar que a leitura anagramática é uma leitura do significante ao nível "pulsional" capaz de revelar disseminações insólitas de elementos significativos. Desde a publicação de As Palavras sob as Palavras de Saussure (26) vários estudiosos assinalaram a importância dessa leitura do significante nas obras literárias (Kristeva 1968, Adam e Goldenstein 1976, Haroldo de Campos 1978) (27).

Faremos algumas tentativas de anagramatização mais a diante.

2.2. Isotopia e Programação

Chegou o momento de entregar a concepção da isotopia que seguimos neste trabalho. Ela se situa na ótica de Adam e Goldenstein. A isotopia nos parece uma programação textual que não exclui essas "beligerâncias" de estrutura (Ricardou, 1967) nem esses disfuncionamentos geradores de sentido, nos quais Pierre Macherey coloca a essência de ideologia da obra (28).

Mas, o que é a programação textual?

Essa noção de programação, derivada da cibernética e aclimatada na teoria literária, é vinculada não apenas ao conceito marxista de produção, mas também ao duplo conceito de "geração-transformação" que a gramática do texto emprestou à linguística gerativa.

A programação da realce ao dinamismo da letra, isto é, do significante na espera de sentido, assim como ao dinamismo do processo elaborador indo de uma matriz de funcionamento (estrutura-em-profundidade) para suas realizações no discurso manifesto. Uma matriz sendo achada, "o texto se autogera e nos dá a ler/construir uma produção".

Do ponto de vista da leitura, a isotopia e a programação são instrumentos de exploração das virtualidades textuais; do

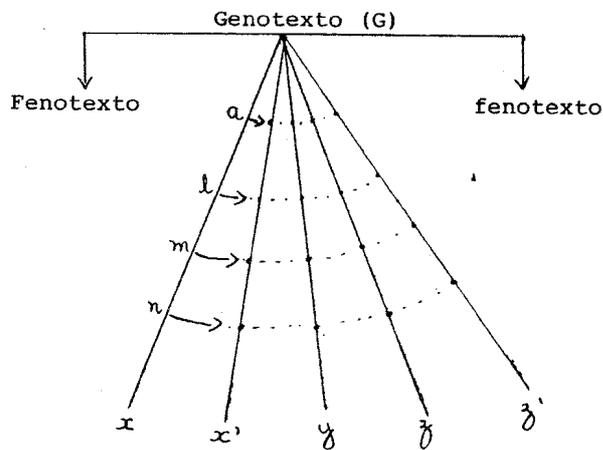
ponto de vista da escritura, esses conceitos chamam atenção sobre as idéias de heterogeneidade, de disseminação, de diversidade de níveis. Não se trata mais de simples despistagem de temas ou lugares comuns como a morte, a vida, a natureza, o amor. Muito além deste reconhecimento temático, devemos elaborar um trabalho sobre os significantes com nossa intuição do significado, a aprofundar o significado com a ajuda do significante (Greimas 1966). Nossa leitura abrange as microorganizações, assim como as macroorganizações estruturais e retóricas, as camadas do genotexto, do fenotexto e do intertexto, e preenche todo o espaço vazio da significância. É esse tipo de leitura integrativa que convoca em apelo o consciente, o inconsciente, o discurso social, em um movimento centrípeto e centrífugo alternado, que tentaremos praticar na segunda e terceira parte de nossa pesquisa. Já Adam e Goldenstein (1976) apresentaram exemplos apaixonantes desta abordagem do texto. Recomendamos particularmente a leitura magistral que eles fizeram dos objetos em Madame Bovary de Flaubert, de um extrato do Chant du Monde de Jean Giono e de cinco versos da poetisa canadense Anne Hébert (29). Por exemplo, a análise do texto de Jean Giono demonstra a disseminação de traços portadores de seres mitológicos ou de elementos sexuais, que nenhuma leitura tradicional seria capaz de atualizar. Uma série lexemática ou/e sintagmática como: compridas, pássaro, descida, vagas, (labirinto), (Creta), cravava, ia ao fundo, voava rente com a terra, adorinha, alto, etc., entrega ao leitor o mito de Íncaro, o qual constitui uma isotopia. No meu texto, Creta e Labirinto, ficam entre parênteses porque foram produzidas num momento anterior da leitura. O labirinto, termo nunca mencionado no discurso manifesto foi o resultado de uma atenção minuciosa aos elementos indicadores da especialidade como "à esquerda, à direita, para a frente", completados pelos semas: /escuridão/, /cravação/, /extravio/.

Adam e Goldenstein conseguiram atualizar entidades complexas, bastante conhecidas como "cavalo" + "humano" = Centáuro, "cavalo" + "pássaro" = "Pégaso".

Achamos que o paradigma não é fechado depois da leitura

deles porque além da cultura recebida, a imaginação do escritor pode descobrir elementos a partir dos quais a percepção de um leitor hipotético vai construir simbioses desconhecidas (c. g. cavalo peixe, cavalo galinha, etc.).

Tais produções seriam da ordem idiolectal ou pertenceriam a o que Max Black e Lúiz Antônio Marcuschi chamam "metáfora produtora", e que levam o leitor a organizar mundos de conhecimento possíveis os quais, a sua vez, são índices tangíveis da visão própria, miticamente irreduzível, do sujeito falante ou escrevente. Em outros termos, a isotopia nos introduz num universo implicitando coerências familiares ou estranhas; as coerências "estranhas" desembocam sobre um mundo possível, um "novo domínio de conhecimento" que Luis Antônio Marcuschi, após Max Blak e Jean Ricardou, assinalou como tarefa à metáfora criadora (30). É nesta ótica que eu completaria a leitura isotópica do poema Salut (Salvação?, Saúde?) de Mallarmé feita por François Rastier (31). Rastier descobriu aí três cadeias isosêmicas que nos etiquetamos elípticamente x,y,z. Mas, nós supomos outras possibilidades de cadeias metafóricas ainda não desenvolvidas. A leitura isotópica e a programação possível dariam o dispositivo seguinte, do genotexto em direção do fenotexto.



Quadro-5

- 1- As três cadeias descobertas por Rastier (x,y,z):
 - 1.1 - A cadeia temática (x) da Navegação, de uma legibilidade de máxima no nosso contexto cultural.
 - 1.2 - A cadeia temática (y) mais sutil, menos aparente, do brinde, de uma legibilidade restrita (uma criança não a perceberá).
 - 1.3 - A cadeia temática (z) da problemática da escritura, de uma legibilidade mínima, ao alcance dos estudiosos da literatura. Ela é produzida a partir das procedentes numa época sensibilizada ao problema da elaboração do texto, isto é, numa configuração cultural particular. É um caminho novo de sentido, conectando elementos de cadeias pré-existentes.
- 2- Outras cadeias nas ordens sintática, fonêmica, grafêmica, ao alcance do especialista Rastier (elas foram particularmente analisadas em Systematique des isotopies).
- 3- Outras cadeias que poderiam hipoteticamente resultar da combinação e recombinação sucessivas das unidades de Rastier (x,y,z) ou de novas conotações y', x', z'/y'',x'',z'', etc. Nós obteríamos assim entidades outras ou intermediárias entre as descobertas, da ordem idiolectal. São da ordem da metáfora criadora de Luiz Antônio Marcuschi e da metáfora produtora de Ricardou.
- 4- As cadeias intertextuais que se deslizam sob o texto do escritor em vários núcleos do seu discurso a... l... m... n... são analogias às precedentes.

Tal análise corresponde idelamente à definição do texto de Kristeva:

"Le texte est productivité, ce qui veut dire(que) son rapport à la langue dans laquelle il se situe est redistributif (destrutivo-constructif) (32).

Assim um texto funciona programaticamente com duas ou mais cadeias isotópicas. A noção de isotopia torna o leitor atento à função integrativa e motivacional de todos os elementos de um texto, incluindo os "in absentia" ou o número finito de deícti-

cos que podem cristalizar em seus redores os elementos sob os elementos sob os quais se apóia o trabalho textual. Aliás o trabalho textual desemboca para um além do texto, seja na ordem metafórica, seja na ordem pragmática.

2.3. Os níveis de análise

O nível de análise ainda ilustrado se depreende das interrogações que o leitor/escritor faz aos signos de nível manifesto, fissurando-os em fragmentos ou microelementos morfológicos ou invertendo-os anagramaticamente. Por exemplo: seja um personagem constituído ao fio da leitura e cujo nome Burt é o ponto de partida da convocação dos signos. A interrogação de nível microssemático do significante entregará:

Burt-----B/R-----U-----T-----=Brut(e)/Bruta

Este significado obtido por permutação das duas letras medianas, pode ser o germe de uma produtividade ou programação textual de papel. Foi exatamente o que aconteceu na análise de um romance francês, Le Nègre de Sables, de Catherine Paysan (33). Por disseminação, o mesmo grupo /BR/ já existiu numa variante do título: o /GR/ de Nègre, emblema classemático da personagem central do livro. Voltaremos depois mais sistematicamente à esta questão da análise da personagem como significante a ser preenchida por elementos intertextuais.

Do ponto de vista da leitura construtiva, quais são as exigências que pesam sobre o analista?

Discernir as isotopias de um texto no quadro de uma programação, supõe uma tripla competência:

- uma competência perceptiva ou psicolinguística;
- uma competência linguística e retórica;
- uma competência cultural (pragmática, sociolinguística).

Segundo o tipo de texto ou de trabalho a efetuar, as unidades discernidas podem-se ler em três níveis semânticos, além dos outros níveis linguísticos já assinalados:

- um nível macrossemático (ou sintático);

- um nível microssemântico (ou semântico no sentido estreito);
- um nível intertextual (ou/e pragmático na medida em que, conforme Beaugrande, Marscushi e Recanati, a pragmática fica solidária da semântica).

Quando se trata - como em nosso estudo - personagens de romance, o nível macrossemântico coincide com o universo de sentidos gerados pela personagem mesma, enquanto pacotes energéticos de signos elementares ou personagens.

Veremos que toda "personagem" de relevo cria no leitor um efeito personagem.

O nível microssemântico consistindo numa procura de traços distintivos, de significantes mínimos ou de semas que levam a constituição de redes isotópicas ou de personagens, é "pervasiva", se espalha em todos os lugares. Já foi antecipada amostra do seu funcionamento. O mais urgente é porém construir um modelo de leitura ao nível macrossemântico que subsumirá automaticamente o microssemântico (ou microssêmico).

Por enquanto, liquidamos aqui o terceiro nível de leitura - o nível intertextual. Este parasita o texto em todos os níveis de escritura/leitura. É um nível proteiforma, que tece o máximo de relações paradigmáticas, que requer uma grande competência cultural da parte do leitor. A descoberta por M. Bakhtin da permeabilidade dos elementos intra-discursivos (Problemas da poética de Dostoiévski) (34) conduziu Júlia Kristeva a examinar a fundo este conceito ao nível inter-discursivo. Assim, a noção de intertextualidade remete a um dos aspectos da noção de texto

"Nous appellerons texte, toute pratique du langage telle que les operations du genotexte soient étalées dans le phénotexte, le phénotexte essayant de représenter le genotexte et invitant le lecteur à reconstituer la signifiante" (35).

Ler o intertexto é por em evidência o modo de produção das várias camadas de uma escritura, é ler a verticalidade histórica e talvez a horizontalidade contemporânea do texto, é ler todos os vestígios de discursos arcaicos, míticos, ideológicos que ela carrega por vocação. No caso citado anteriormente, o

nome do herói de Catherine Paysan, Burt evoca Burt Lancaster, nome que conota, pela mediação de numerosíssimos filmes de Western, os semas seguintes: artista, lindo, super-energia, super-atividade, defensor do bom direito, etc.

O contexto do romance de Catherine Paysan atualizou somente alguns semas (artista, super-energia) e apaga o resto. E este apagamento mesmo constitui por sua vez um filtro ideológico.

Nenhum escritor escapa à intertextualidade, porque, como diz M. Hausser, "um sintagma (...) acarreta com ele um outro ou outros contextos do que no qual ele efetivamente aparece (...); um sintagma pode em certas condições, conservar a lembrança, la trace, dos contextos nos quais ele figurou" (36).

Essa possibilidade que pré-existe na língua, virou um fato do discurso, "produto semiótico complexo" (Adam e Goldenstein). A intertextualidade aponta essa complexidade. Ela é designação dessas implicações que se depreendem da heterogeneidade, dos pressupostos externos do texto de seu engate sobre outros infra ou extra-textos conscientemente convocados ou inconscientemente infiltrados. Todas as obras são, por conseguinte, fabricações segundas. Tal poema é uma superposição de fragmentos. Inumeráveis trechos encaixados são "a maneira que um texto lê a história e nela se insere" (37).

3. Para uma leitura isotópica da personagem

3.1. Constituição de um modelo de análise

Utilizaremos aqui o "corpus" integral, particularmente os seriados de espionagem. Em seguida faremos, com alguns romances excertos do corpus global, amostras de análise.

Esse modelo não se superpõe ao quadro global de situação de discurso discutido na introdução; a situação de discurso detectada projeta luz sobre todos os detalhes do texto, em instância tanto de escritura quanto de leitura.

Na leitura isotópica adotada aqui, cada personagem é suscetível de ser considerada como uma categoria sêmica, um encaixe de sintagmas predicativos congregados sob um apelativo (o significante - nome). A recepção progressiva na leitura nas-

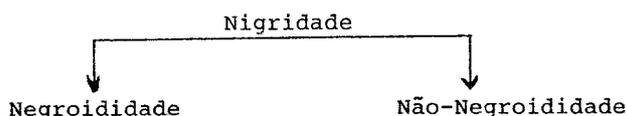
ce em certos pontos de impacto que libertam um efeito ("classe-
 ma", na terminologia de Greimas), é o efeito-personagem. Cada
 colocação predicativa ou substantiva pode equivaler a um sema,
 que, reiterado, é constitutivo de uma classe. Conseguimos esta-
 belecer no corpus duas super-classes ou categorias:

O Negro / O Branco

ou, para falar o "jargon" de Greimas:

A nigridade / A branquidade

Do lado da categoria / nigridade / destacam-se duas subal-
 ternas a partir de um elemento diferenciador, a / negroididade
 / ou conjunto de traços negros. O que se ilustra assim:

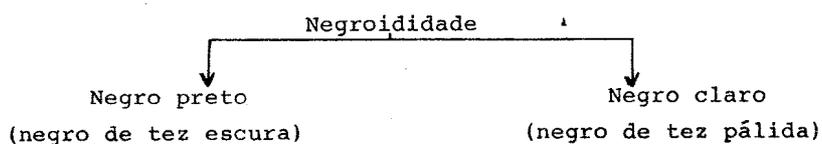


Quadro-6

Na prática do texto, essa divisão bipartida remete a:

- negros com traços negróides acentuadas;
- negros com traços negróides atenuadas.

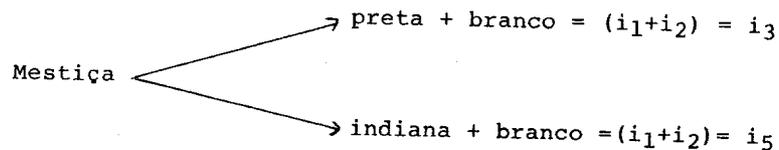
A negroididade admite por sua vez uma outra subdivisão a
 partir de um diferenciador específico que é a cor, a "nigrici-
 dade" se quiser. O que se ilustra assim:



Quadro-7

Na medida em que o negro coincide com a isotopia (i₁) e o
 branco com uma outra isotopia (i₂), o negro claro se confunde
 com a simbiose das duas (i₁.i₂), emprestando seus elementos
 classemáticos a ambas as categorias. Dizemos que o negro claro

é bi-isotópico. Acontece que a negra clara, ou mestiça, desempenha um papel textual muito importante no corpus estudado. Ela proporciona a seu nível certos matizes discriminativos como:



Quadro-8

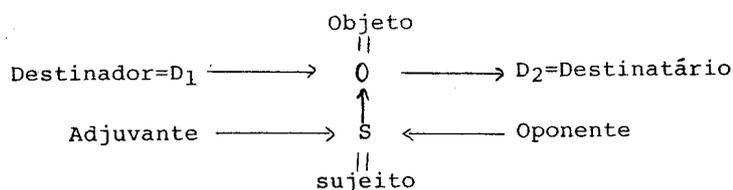
No entanto, a categoria da mestiçagem i_5 não é marcada funcionalmente, isto é, praticamente há neutralização entre i_3 e i_5 . Para convencer-se disso, basta ler dois romances da série popular francesa SAS Mourir pour Zanzibar (Plon, 1973), Mission impossible en Somalie (Plon, 1977). Precisamos descer ao nível dos traços ou predicados concretos e das conotações emanadas de cada traço, para alcançar a programação textualizada pela personagem como ser de discurso.

Como já dissemos, nossa leitura opera em vários níveis de integração. A um primeiro nível, que é o da estrutura narrativa, o personagem é o elemento de uma constelação, em outros termos, uma constelação narrativa global (CN) comporta em geral, na ordem da diegese, uma diversidade de personagens (P_1, P_2, \dots, P_n), segundo a fórmula:

$$CN = (P_1 + P_2 + \dots + P_n) + K$$

Sendo K os demais elementos (ambiente, tempo, espaço, ponto de vista narrativo).

Neste nível certos papéis são assumidos no registro das ações, conforme o modelo actancial de Greimas (Sémantique Structurale):



Quadro-9

A um segundo nível, inferior ou precedente, mas sem o qual este não existiria, a personagem (P) é considerada em si como um semema constituído de um número finito de semas ($S_1+S_2+\dots+S_n$) que declinam mimeticamente e exteroceptivamente, ou caracterizam o ser humano linguisticamente sob o moto interoceptivo (i. é. psicológico e moral):

$$P = (S_1+S_2+\dots+S_n)$$

Na ótica da racialidade, em virtude dos estereótipos, as personagens, antes da assunção dos traços que mimetizam o ser humano, podem passar por uma matriz algorítmica que lhes confere uma invariante, ou indício estável de racialidade (r), e uma soma de traços variáveis (v), segundo o papel atribuído:

$$\begin{aligned} \text{Personagem preta } P_1 &= r_1 + (v_1) \\ \text{Personagem branca } P_2 &= r_2 + (v_2) \\ \text{Mestiço/(a)} &= P_3/P_5 = r_1 \cdot r_2 + (v_1 \cdot v_2) \end{aligned}$$

Este segundo nível nos prepara para um terceiro, o do conjunto praticamente fechado das obras analisadas. Aí, cada personagem é programada para funcionar dentro de um quadro análogo ao do primeiro nível, num espaço ideológico, num espaço ideológico constituído por um extra-texto, um discurso social bem caracterizado. No caso presente - o dos romances populares franceses de após-guerra (1945-1977) - já apontamos na introdução que a ideologia dominante foi a da colonização nostálgica (38). É por isso que, se negligenciarmos os efeitos de boomerang, de deslizamento conotativo (as "implicaturas" de H.P. Grice), a personagem pode aparecer como uma miniforça ideológica virtual elaborada discursivamente, ora para fortalecer o colonialismo (

a maioria dos P₂), ora para consumir sua queda (a maioria dos P₃). No entanto, o jogo das conotações de traços e das pressuposições/potencializada e desvia a categoria ideológica e surpreende o leitor com sutis derrogações. É sobre este aspecto que nós chamamos a atenção ainda insuficiente dos estudiosos de estrita obediência estruturalista e certos sociólogos da literatura.

Antes de estudar a programação da mestiçagem, nossa leitura começará justamente com algumas derrogações onde certos personagens pretos assumem papéis de mestiços. Neste último nível que acabamos de mencionar, se exceptuarmos raros casos divergentes, o algoritmo de leitura denuncia cada personagem-chave como isotopia de racialidade:

$$i_1 = P_1 = r_1 + \xi (v_1)$$

$$i_2 = P_2 = r_2 + \xi (v_2)$$

$$i_3 = P_3 = r_1 \cdot r_2 + \xi (v_1 \cdot v_2)$$

Concretamente, o discurso ideológico chegou a declinar geralmente no contexto do corpus:

$i_1 = P_1 =$ o pesadelo, o selvagem, a dependência

$i_2 = P_2 =$ o leve, a urbanidade, a arte organizadora

i_1 como oponente de i_2 e i_3 como adjuvante de P_2

Toda a elaboração do texto se resume em motivar narrativamente uma maiêutica ideológica. Mas muitas vezes, é difícil saber o lugar onde se situa essa ideologia.

3.2. Uma amostra de análise concreta

No quadro dessa segunda parte da pesquisa, será examinada uma categoria de personagens - os negros de tez escura (com negroidade acentuada ou não) - em torno dos quais as narrativas desenvolvem uma manobra muito significativa de motivação aliada a uma programação de papel temático. Esse fato, essas personagens são constituídas como isotopia da negricidade frente a

seus interlocutores, inscritos como isotopia da branquidade, dentro da situação de discurso já referida. A motivação, como energia de escritura, será o lado dominante dessas leituras fragmentárias. A ideologia será surpreendida "in vivo", e não postulada como pressuposto.

3.2.1. Amostragem: Congo à gogo, Alain et le nègre, La salade noire (39)

3.2.2. Observações: personagem negra e motivação

Temos observado enquanto operador do texto que, na maioria dos romances populares afiguram-se correlacionados os 3 traços descritivos seguintes para presentificar disforicamente a personagem negra:

cabelos crespos + lábios grossos + nariz achatado

Exemplo: Dois "leões de chácara" a serviço de um personagem branco, um belga chamado Van Bergen (Congo à gogo, p.85). Por que esse halo de disforia em torno desse duplo africano? Provavelmente que os três traços caracterizadores do ponto de vista do discurso do narrador, são destinados ilocucionariamente contra o colonialismo e o racismo do próprio Van Bergen, pelo intermédio da negatividade projetada sobre os seus lacaios negros.

Muito pelo contrário, quando o texto fornece apenas dois elementos negróides, como por exemplo:

cabelos crespos + nariz achatado (Alain et le nègre p.13).

Essa "de-saturação" da negricidade corresponde a um efeito-personagem eufórico. A personagem concernida (aqui um tal de Valentim=Vale em tez) tem um papel de africano radicado em Paris, assimilado um tanto aos valores franceses (até ser o amante de uma comerciante branca e francesa no enredo). Qual é a conotação desse "uso" da personagem negra como discurso ao interlocutor-leitor? Talvez uma hegemonia cultural francesa, uma certa "francidade" triunfa sutilmente aí. O emissor-narrador (ou o autor implícito) é manifestamente anticolonialista e anti-racista. Isso é o dizer do texto. Mas sobrou uma "implicação", a

quela mensagem que uma certa instância (ideologia) colocou apesar do emissor. A fala deste foi "roubada", deslocada, fazendo-lhe sofrer um efeito de "double-bind".

Outro exemplo: na novela La salade noire (p.44), uma personagem negra, Assossou, é inscrito com o duplo insígnio/cabelos crespos + nariz achatado. Tanto pelo nome (que nome poderia ser mais tipicamente africano?). Quanto pelos traços fisionômicos convocados, esse papel emblematiza a isotopia da negroidade acentuada. Mas a dinâmica do texto, num jogo mostrar-esconder, desacentua o efeito quase antipático posto, e dota o actante negro de modulação euforizante. A metonímia paternidade-filiação, apadrinhamento - afiliação serão os reguladores utilizados.

Com efeito, o narrador de La salade noire retifica um pouco adiante (p.45) a imagem de Assossou pela imagem do seu filho, uma personagem que entra na cena da escritura sob uma dupla francidade:

- o nome François (forma arcaica de Francês);
- os semas contextuais "belo" rapaz de nariz curto e reto...

Mas o discurso do narrador infringe a máxima de qualidade de H.P. Grice (40). Quando acrescentou "como o seu pai", depois de ter depicido o pai sob a bandeira da negroidade acentuada. Essa contradição do texto (achatado X curto-reto) traiu uma ideologia que não ousa dizer ainda o seu nome. Porque essa regulação de traço? O enredo nos esclarece: Assossou apadrinhará uma família francesa de "cooperantes" (Assistência técnica), a motivação textual o desafricaniza um pouco a fim de preparar essa junção narrativa com a isotopia branca e francesa. A eufemização na pintura de François - obedece a mesma intencionalidade ou pelo menos ao mesmo "pensamento inconsciente" do texto: a junção França-África, o objeto de comunicação explícita (no discurso ficcional), tende como adjuvantes as duas isotopias brancas (os Claudel) e os negros (Assossou e seu filho).

O texto é saturado da ideologia "cooperacionista". A prova, a cascata de contiguidades, amor entre filho de Assossou e a filha do Sr. Claudel, a cultura francesa do africano Assossou

de falar/agir em direção do Actante África como no quadro 1, o actante onipresente França passa a Falar/agir em função dele (quadro 2) e em proveito dele próprio (quadro 3).

A ideologia que se aponta de tal maneira constituiu o negro assimilado/ou aculturado francês em isotopia da mestiçagem (branco e negro, francês e africano) segundo Gréimas (1966) que nós temos desviado, desenvolvido e formalizado na parte precedente:

"Branco e Negro se opõem sobre o eixo da claridade, cujos semas lhe são comuns" (41).

Uma das manobras de justificação de todos esses textos é de confeccionar "mestiços" reais ou falsos que apagam a posição isotópica greimasiana, pela inscrição dos nomes, de conjunções metonímicas, de situações, etc... Mas a motivação narrativa acaba por implicitar o que não se pretende dizer.

Esperamos que o leitor tenha tirado proveito desses esboços de análise cruzada, que desenvolvemos em nosso livro "Le Nègre dans le roman Blanc, Montreal, Press de l'Université de Montreal, 1980.

Referências

- (1) BARTHES, R. Mythologies. Paris, Seuil, 1957.
- (2) SILVA, A.V. da. A paraliteratura. In: PORTELA, Eduardo, org. Teoria literária. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979.
- (3) KOTHÉ, F. Literatura e sistemas intersemióticos. São Paulo, Cortez e Moraes, 1981.
- (4) PRATT, M.L. Toward a speech act theory of literary discourse. Bloomington, Indiana University Press, 1977.
PRATT, M.L. & TRAUGOTT, E.C. Linguistics for students of

- literature. London, New York, Toronto, Harcourt, Brace, Jovanovich, 1980.
- (5) LEECH, G.N. & SHORT, M. Style in fiction. London, Oxford, Oxford University Press, 1981.
- (6) GREIMAS, A.J. Sémantique structurale. Paris, Larousse, 1966.
- (7) GREIMAS, A.J. Prefácio. In: COURTES, J. Introduction à la sémiotique narrative et discursive. Paris, Hachette, 1976.
- (8) JOACHIM, S. Le Nègre dans le roman Blanc. Montreal, Presses de l'Université de Montreal, 1980.
- (9) op. cit. 5
- (10) op. cit. 6
BREMOND, C. Logique du récit. Paris, Seuil, 1973.
- (11) ORLANDI, E.P. A linguagem e seu funcionamento. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- (12) ALTHUSSER, L. Idéologie et appareils ideologiques d'Etat; A.I.E. In: _____. Positions. Paris, Sociales, 1976.
- (13) Entre outras boas referências:
RECANATI, F. La transparence et l'enonciation; pour intro-
DUIRE à la Pragmatique. Paris, Seuil, 1979.
LES ÉNONCÉS performatifs. Paris, Minuit, 1981.
LANGUE FRANCAISE. La Pragmatique. Paris, n.42, mai 1979.
- (14) Esse voto fica implícito nas obras de W.Labor & T.A. Van Dyk, de M.L.Pratt (1977) e na Introduction à la philo-
sophie du langage. Cap.7.
- (15) COQUET, J.C. Sémiotique littéraire. Paris, Mame, 1973.
KLINKENBERG, J.M. Le concept d'isotopie en sémantique et en sémiotique littéraire. Français Moderne, n.41,3, 1972.

-
- (16) RASTIER, F. Systématique des Isotopies. In: GREIMAS, A.J. et alii. Ensaio de Semiótica e Poética. São Paulo, Cultrix, s.d.
- (17) GROUPE DE LIÈGE. Retórica da poesia. São Paulo, Cultrix, 1980.
- (18) ADAM, J.M. & GOLDENSTEIN, J.P. Linguistique et discours littéraire. Paris, Larousse, 1976.
- (19) RASTIER, F. op. cit. 16
- (20) KLINKENBERG, J.M. op. cit. 15
- (21) Ibid
- (22) GROUPE DE LIEGE. Rhétorique générale. Paris, Larousse, 1970.
- (23) ADAM, J.M. & GOLDENSTEIN, J.P. op. cit. 18. passim.
- (24) CORVIN, M. Abordagem semiótica do prólogo da Paródia de Adamov. In. GUINSBURG, J. et alii. Semiologia do Teatro. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- (25) ADAM, J.M. & GOLDENSTEIN, J.P. op.cit. 18. passim.
- (26) STAROBINSKI, J. As palavras sobre as palavras. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- (27) KRISTEVA, J. A semanálise. São Paulo, Perspectiva, 1968.
ADAM, J.M. & GOLDENSTEIN, J.P. op.cit. 18. secção I.
CAMPOS, H. A operação texto. São Paulo, Perspectiva, 1978. cap. 5 (Debates).
- (28) MACHEREY, P. Para uma teoria da produção literária. Lisboa, Estampa, 1978.
- (29) ADAM, J.M. & GOLDENSTEIN, J.P. op.cit. 18. seções II e IV.
- (30) MARCUSCHI, L.A. A Propósito da Metáfora, Pórtico 1 (1984):

15-31. (Revista do Depto. de Letras da Universidade Federal de Pernambuco - Recife).

- (31) RASTIER, F. op.cit. 16.
- (32) ADAM, J.M. & GOLDENSTEIN, J.P. op. cit. 18 p.96.
- (33) PAYSAN, C. Le nègre de sables. Paris, Danoel, 1968.
- (34) BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1981.
- (35) KRISTEVA, J. Semanalyse et production de sens... In: GREI MAS, A.J. et alii. Ensaaios de semiótica e poética. São Paulo, Cultrix.
- (36) op.cit. 32.
- (37) ibid.
- (38) LEENHARDT, J. Lecture politique du roman. Paris, Minuit, 1973.
- WAUTHIER, C. L'Afrique des africains. Paris, Seuil, 1977.
- (39) op.cit. 8
- (40) DASCAL, M. org. Fundamentos metodológicos da Linguística; Pragmática. Campinas, Unicamp, 1982. v.IV.
- (41) op. cit. 17. p.42.